



FLORA APARECIDA TEIXEIRA CASTRO

**JUVENTUDE RURAL E AS CONTRIBUIÇÕES
DO PROJETO TRANSFORMAR DE
CAPACITAÇÃO DE JOVENS RURAIS NO SUL
DE MINAS (2006-2013)**

LAVRAS-MG

2016

FLORA APARECIDA TEIXEIRA CASTRO

**JUVENTUDE RURAL E AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO
TRANSFORMAR DE CAPACITAÇÃO DE JOVENS RURAIS NO SUL
DE MINAS (2006-2013)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão – Mestrado Profissional, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora

Dra. Maria das Graças Paula

Coorientador

Dr. Thiago Rodrigo de Paula Assis

LAVRAS-MG

2016

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Castro, Flora Aparecida Teixeira.

Juventude rural e as contribuições do projeto transformar de capacitação de jovens rurais no Sul de Minas (2006-2013) / Flora Aparecida Teixeira Castro. – Lavras : UFLA, 2016.

133 p. : il.

Dissertação(mestrado profissional)–Universidade Federal de Lavras, 2016.

Orientadora: Maria das Graças Paula.

Bibliografia.

1. Juventude rural. 2. Migração. 3. Sucessão familiar. 4. Políticas Públicas. 5. Projeto Transformar. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

FLORA APARECIDA TEIXEIRA CASTRO

**JUVENTUDE RURAL E AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO
TRANSFORMAR DE CAPACITAÇÃO DE JOVENS RURAIS NO SUL
DE MINAS (2006-2013)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão – Mestrado Profissional, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 26 de fevereiro de 2016.

Dra. Luciana Braga Silveira UFLA

Dr. Luiz Carlos Dias da Rocha IFSULDEMINAS/Campus
Inconfidentes

Dra. Maria das Graças Paula
Orientadora

Dr. Thiago Rodrigo de Paula Assis
Coorientador

LAVRAS - MG

2016

DEDICO

A todos (as) jovens rurais que me fizeram tomar “gosto”, entusiasmo e motivação por este trabalho, com quem dialoguei, somei saberes e aprendi muito durante minha trajetória de extensionista e ao longo desta pesquisa.

Que os jovens encontrem um futuro melhor no campo e sintam orgulho por viver no meio rural.

AGRADECIMENTOS

“Gratidão é a memória do coração”

No momento de conclusão desta pesquisa, como é bom agradecermos:

A Deus pelo dom da vida e por este momento.

Ao meu companheiro, Zé Aldo e filhos Tereza Cristina e Marcos José pelos momentos vividos juntos e por estarem ao meu lado.

À minha mãe Tereza pela força, amor e dedicação, pela preocupação com a minha vida corrida e por me incentivar com sua fé e alegria.

Ao meu pai Francisco (*in memoriam*) pelo exemplo e por ter feito o melhor que podia por mim e pelos meus irmãos.

Aos meus irmãos/irmãs, cunhadas (os) pelo apoio e convivência durante toda minha vida.

A todos meus sobrinhos pelas alegrias e carinho, em especial, à Mariana e Ana Flávia por toda ajuda nesta etapa de vida.

Enfim a todos os “de casa”, que tanto amo e que me acompanharam e torceram para que este trabalho fosse concluído, além de compreenderem as minhas ausências.

Um agradecimento muito carinhoso à amiga Aloísia, “culpada” por eu ter chegado aqui, agradeço pela motivação, companheirismo, convivência e exemplo.

Às amigas Priscila (UFLA) e Renata (Epamig) pelo incentivo e apoio.

Gratidão aos companheiros (as) de mestrado e professores da UFLA que fazem parte desta história, pelas discussões, bons “cafês”, momentos agradáveis que juntos vivemos, compartilhamos e por aprender mais a cada dia.

Agradeço à orientadora Profa Paula e Coorientador Thiago pela atenção, paciência e disponibilidade na realização deste trabalho; e, em especial, à Profa.

Maroca, pela oportunidade de conhecê-la e aprender tanto com sua experiência e alegria.

Aos convidados da Banca, professores Luciana e Luizinho, gratidão pela dedicação na leitura, sugestões e imenso aprendizado proporcionado.

Agradecimento especial ao meu gerente regional Fabri por todo apoio recebido neste período de mestrado; aos extensionistas da Emater-MG que dedicaram tempo na pesquisa de campo e, em especial, às colegas BES Áurea (Itamonte) e Rossana (Lambari) pela organização de reuniões com os jovens rurais e por toda disponibilidade em contribuir com esta pesquisa.

Sinto que há muitas pessoas que, mesmo sem estarem ao meu lado, querem-me bem e me guardam em seus pensamentos. Que Deus abençoe a todos.

RESUMO

Um dos grandes desafios do meio rural é a continuidade da produção de alimentos e a formação de uma nova geração de agricultores, à medida que os filhos abandonam a propriedade por não ter condições de exercer a profissão de agricultor. Neste sentido, o propósito deste estudo foi de analisar os resultados do Projeto Transformar de Capacitação de Jovens Rurais, para a permanência dos jovens no campo e na sucessão familiar, no Sul de Minas, visando subsidiar o estabelecimento de novas estratégias de trabalhos da extensão rural com a juventude rural. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) executou, no período de oito anos (2006-2013), o Projeto "TRANSFORMAR", voltado para a Juventude Rural, na faixa etária de 16 a 29 anos. Com objetivo de promover a formação crítica, cidadã e profissional de jovens rurais, foram capacitados no Sul de Minas mais de mil e quinhentos jovens rurais, numa relação entre teoria e prática. Buscando conhecer a realidade em que vivem os jovens rurais do Sul de Minas e analisar de que forma o Projeto Transformar contribuiu para oportunizar melhores condições de vida e permanência deles no campo, procurou-se combinar estudos qualitativos e quantitativos, utilizando revisão bibliográfica e a coleta de dados, por meio de questionário semiestruturado, levantamento da situação dos jovens egressos do Projeto Transformar e reuniões com egressos e Não Participantes. Para tal, em primeiro lugar, a pesquisa resgata os debates sobre juventude rural, problematiza a questão da migração dos jovens do campo para as cidades e depois da sucessão familiar. Em seguida, apresenta as políticas públicas para juventude rural, incluindo o trabalho de extensão rural com esta categoria social. Descrevem-se a área de estudo; o perfil dos jovens sujeitos deste trabalho; os fatores que influenciam a migração ou permanência de jovens rurais no campo e a perspectiva dos jovens rurais. A análise dos resultados da pesquisa permitiu verificar que grande parte dos jovens rurais do Sul de Minas gosta de morar no campo e pretende dar continuidade à atividade agrícola, mas encontra dificuldades de conciliar trabalho e estudo e obter renda própria. As demandas mais relevantes dos jovens do Sul de Minas são o acesso à renda própria, a terra, à educação no/do campo e melhores condições de vida. Na última parte, apresentam-se algumas propostas e reflexões, para subsidiar o estabelecimento de novas estratégias de trabalho com a juventude rural, evidenciando a necessidade de continuidade de pesquisas sobre o tema. O estudo possibilitou caracterizar os jovens rurais do Sul de Minas e mostrou que o Projeto Transformar trouxe diversas contribuições para estimular o desenvolvimento e inserção socioeconômica dos jovens rurais e sua permanência no campo. Palavras-chave: Juventude rural. Migração. Sucessão familiar. Políticas Públicas. Projeto Transformar. Sustentabilidade.

ABSTRACT

One of the main challenges for the rural environment is the continuity of the production of food and the formation of a new generation of farmers, given that the young abandon the property for not presenting the capabilities to exercise the profession. In this sense, the intent of this study was to analyze the results obtained from the Transform Rural Youth Training Project for keeping the young in the countryside and in family succession in Southern Minas Gerais, Brazil, aiming at subsidizing the establishment of new working strategies of rural extension with rural youth. The technical assistance and rural extension company in the state of Minas Gerais (Emater-MG), implemented the project “Transform” during eight years, encompassing the rural youth of between 16 and 29 years of age. With the objective of promoting critical, citizen and professional formation of rural young, 1500 rural young were capacitated in Southern Minas Gerais, in a theoretical and practical relation. Seeking to understand the reality in which rural young from Southern Minas Gerais live in, and to analyze in which way project “Transform” contributed for creating opportunities for better life conditions and for permanence in the countryside, we combined qualitative and quantitative studies. For this, we used bibliographical review and data collection by means of semi-structured questionnaires, survey of the situation of the egress to project “Transform”, as well as meetings with the egresses and with non-participants. First, the research recovers the debates concerning rural youth, problematizes the issue of youth migration from the countryside to the cities and after family succession. Subsequently, we present public policies created for rural youth, including the rural extension work done with this social category. We describe the study area, profile of the young subjects, factors that influence the migration or permanence of rural young in the countryside and the perspective of rural young. The result analysis allowed us to verify that most rural young from Southern Minas Gerais like to live in the countryside and intend to continue farming activities, but found difficulties in accommodating work and studies and obtaining their own income. The most relevant demands from the young are access to their own income, the land, education in/of the countryside and improving life conditions. In the last part of the paper, we present a few proposals and reflections to subsidize the establishment of new work strategies, highlighting the need for continuing the research on this theme. The study allowed us to characterize the rural young from Southern Minas Gerais and showed that project “Transform” brought several contribution in stimulating the development and socioeconomic insertion of rural young and their permanence in the countryside.

Keywords: Rural youth. Migration. Family succession. Project Transform. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Macrorregiões da EMATER-MG no Estado de Minas Gerais	80
Figura 2	Unidades Regionais da EMATER-MG no Estado de Minas Gerais.....	85
Figura 3	Municípios da Unidade Regional de Alfenas participantes do Projeto Transformar.....	86
Figura 4	Municípios da Unidade Regional de Lavras participantes do Projeto Transformar.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual dos jovens participantes do Transformar 2013 que pretendem continuar no meio rural e egressos do Transformar (2015) que continuam no meio rural	90
Gráfico 2	Percentuais de jovens da pesquisa, segundo gênero.....	92
Gráfico 3	População total residente em área rural, segundo o sexo e a idade - Brasil (%).....	95
Gráfico 4	Percentuais de jovens casados e solteiros determinados durante o Transformar (2013) e dos egressos do Projeto (2015).....	96
Gráfico 5	Percentual de jovens participantes do Transformar 2013 cursando Ensino Médio Incompleto, Ensino Médio Completo e Ensino Superior.....	97
Gráfico 6	Percentual dos jovens egressos do Transformar com ensino médio e ensino superior (2015).....	98
Gráfico 7	Percentual de jovens participantes do Transformar 2013 e egressos do Transformar (2015) com atividades remuneradas e não remuneradas	102
Gráfico 8	Percentual de jovens ocupados (assalariados, atividades rurais e /ou outras atividades) participantes e egressos do Transformar.....	103
Gráfico 9	Percentual de jovens da pesquisa que moram com os pais no meio rural	105
Gráfico 10	Percentual de participação dos jovens por organização social.....	106
Gráfico 11	Perspectiva de futuro dos jovens rurais participantes e egressos do Projeto Transformar e Não Participantes	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados da população do Brasil, Minas Gerais e Sul de Minas	31
Tabela 2	Dados da população de Minas Gerais e do Sul de Minas	80
Tabela 3	Sugestões dos jovens egressos e não participantes para o trabalho da ATER	110

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS	18
2.1	Objetivo Geral	18
2.2	Objetivos Específicos	18
3	JUSTIFICATIVA	19
4	REFERENCIAL TEÓRICO	21
4.1	Juventude Rural	21
4.1.1	Juventude, Jovem Rural	21
4.1.2	Estudos sobre Juventude Rural	29
4.1.3	Situação da Juventude Rural	30
4.1.4	As Problemáticas da Juventude Rural	33
4.2	Migração	44
4.2.1	Migração e/ou permanência	44
4.2.2	Questão de gênero e masculinização do campo	51
4.2.3	Fatores que motivam a migração	53
4.3	Sucessão Familiar	57
4.4	Políticas Públicas	66
4.4.1	Marco conceitual	67
4.4.2	Participação Política	67
4.4.3	Políticas Públicas X Juventude Rural	69
4.5	O trabalho da Extensão Rural com a Juventude	72
4.5.1	O início do trabalho: Clubes de Juventude Rural	73
4.5.2	O trabalho na atualidade: Projeto Transformar	75
5	METODOLOGIA	79
5.1	Universo pesquisado: Sul de Minas	79
5.2	Pesquisa Bibliográfica	81
5.3	Pesquisa Documental	82
5.3.1	Questionário de 2013	82
5.3.2	Levantamento da situação dos egressos do Projeto Transformar	85
5.3.3	Reunião com egressos e Não Participantes do Projeto Transformar	87
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	89
6.1	Permanência no meio rural	89
6.2	Fatores que podem influenciar a migração ou permanência dos jovens rurais no campo	92
6.3	Perspectivas dos jovens rurais do Sul de Minas	113
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS	127

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem grande importância no processo de desenvolvimento rural, com potencial na produção de alimentos e no abastecimento alimentar dos brasileiros, mas também na geração de ocupação e renda nos espaços rurais, na responsabilidade pela utilização sustentável dos recursos naturais e na preservação cultural. Esta estrutura produtiva contribui para o desenvolvimento de municípios de pequeno e médio porte em todas as regiões brasileiras. Em Minas Gerais, 77% dos estabelecimentos rurais são da agricultura familiar, que funcionam com base no controle e participação do trabalho dos membros da família, com 65% das pessoas trabalhando nas atividades agropecuárias (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2006).

De acordo com os autores Melo et al. (2003), Spanevello et al. (2011) e Stropasolas (2015), um dos grandes desafios que se coloca para o meio rural é a continuidade da pequena produção, com a formação de uma nova geração de agricultores, à medida que os filhos abandonam a propriedade por não poder ou não querer exercer a profissão de agricultor, em decorrência de transformações ocorridas no urbano e no rural. A disposição dos jovens filhos de agricultores familiares em suceder os pais está associada à própria continuidade da agricultura familiar como um todo.

Nos estudos analisados sobre juventude rural (BRUMER; PANDOLFO; CORADINI, 2008; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; CASTRO et al., 2009; FERRARI et al., 2004; WEISHEIMER, 2005), os temas mais recorrentes são a migração dos jovens, justificada por uma percepção negativa da atividade agrícola, atração para o meio urbano e os problemas da transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração. A análise desse material permitiu constatar a juventude rural com problemáticas de invisibilidade,

migração, reprodução econômica e social da agricultura familiar. São usuais nos estudos as citações de que a migração jovem e feminina tem contribuído para o “envelhecimento” e “masculinização” da população que permanece no campo.

O comparativo do Censo 2000 - 2010 mostra que em 10 anos houve um aumento de 2 milhões de jovens no país, enquanto no espaço rural houve uma queda de 299.200 jovens, evidenciando um acentuado êxodo rural (IBGE, 2010).

A situação de invisibilidade e exclusão social dos jovens rurais foi apontada pelos autores Castro (2005a, 2007, 2009) e Weisheimer (2005), uma vez que, dessa forma, esses jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas. Essa juventude convive com diversas situações de não reconhecimento, preconceitos, marginalidade e exclusão e enquanto permanecer invisível ao meio acadêmico e ao sistema político, dificilmente será incluída na agenda governamental (WEISHEIMER, 2005).

Outra questão relevante nas pesquisas analisadas é que a participação da juventude rural nos processos de gestão e execução das atividades familiares e nas organizações sociais é, muitas vezes, desconsiderada com a justificativa de imaturidade e de irresponsabilidade destes atores. Também relatam que as políticas públicas direcionadas ao campo parecem não atender os anseios e necessidades dos jovens, contribuindo para a inviabilidade de sua permanência no meio rural.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), tendo como foco de suas ações o espaço rural e a agricultura familiar, desenvolveu um projeto que visa investir no jovem rural, na busca de torná-lo protagonista, motivando-o a desempenhar papel decisivo no meio social em que vive. Para isso, implementou, em 2006, o Projeto "TRANSFORMAR", voltado para a Juventude Rural, na faixa etária de 16 a 29 anos. O principal objetivo do projeto é promover a formação crítica, cidadã e profissional de jovens rurais, habilitando-os para a implementação de projetos

produtivos com geração de ocupação e renda (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER-MG, 2010).

No período de oito anos (2006-2013) de execução do projeto, em parceria com as Escolas/Institutos Federais e Universidades, foram capacitados no Sul de Minas mais de mil e quinhentos jovens rurais, numa relação entre teoria e prática, com abordagem temática para todos os jovens, incluindo políticas públicas, direitos e cidadania e dentro dos interesses dos jovens em atenção às suas habilidades e desejos.

O objetivo central da pesquisa foi analisar de que forma o Projeto Transformar de capacitação dos jovens rurais contribuiu para oportunizar melhores condições de vida e permanência deles no campo. Também conhecer a realidade em que vivem os jovens rurais do Sul de Minas, seus anseios e perspectivas de futuro e verificar o que modificou na vida dos jovens rurais após terem participado deste projeto: as atividades produtivas que desenvolvem (agrícolas e não agrícolas), as condições de vida e trabalho, as motivações para permanência ou evasão dos jovens do campo, os espaços sociais ocupados pelos jovens rurais.

Esta pesquisa aborda os jovens rurais, filhos (as) de agricultores familiares, dependente/subordinado ao pai e aquele que ainda não é proprietário de terra, na faixa etária de 16 a 29 anos.

De acordo com o referencial teórico, observa-se que os jovens rurais que ingressam na idade ativa¹ enfrentam dificuldades para construir seu projeto de vida no campo e, cada vez mais, buscam melhores condições de vida nos centros urbanos, não permanecendo no meio rural.

¹ Na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2011, o IBGE mudou a faixa etária da população em idade economicamente ativa de 10 anos ou mais para 15 anos ou mais, seguindo o parâmetro internacional.

Assim, o tema abordado por esta pesquisa desdobra-se com a elaboração de algumas questões consideradas importantes para auxiliar na condução deste trabalho, que são: Quantos jovens egressos do Projeto Transformar permanecem no campo e pretendem continuar a atividade rural? Qual a situação destes jovens em relação às condições de vida, renda própria, participação social e ambiental? Qual a contribuição do Projeto Transformar para a permanência dos jovens rurais no campo e na sucessão familiar? Existe relação entre a participação dos jovens rurais no Projeto Transformar e a sua permanência no campo? Que efeitos o Projeto Transformar teve sobre os jovens? Que papéis as instituições públicas de ATER vêm desempenhando no trabalho com a juventude?

A problemática apresentada neste estudo tem forte relação com a trajetória pessoal da pesquisadora como extensionista local da Emater-MG por 23 anos, com experiências com juventude rural (Clubes 4-S)² e como coordenadora do Projeto Transformar durante os oitos anos de sua execução. Outra fonte de inspiração para a realização desta pesquisa foi o interesse despertado no curso de mestrado profissional de Desenvolvimento Sustentável e Extensão Rural da UFLA, em 2014, fato este que também a instigou a estudar e pesquisar o tema da juventude rural mais a fundo, procurando articular experiência de campo com os conhecimentos proporcionados nas disciplinas do mestrado.

Este trabalho contém uma revisão bibliográfica sobre a temática Juventude Rural e principais conceitos adotados no estudo; definição de jovem rural; estudos e dados da juventude rural; as problemáticas como invisibilidade, hierarquia, controle e participação; escola e trabalho externo; relação campo e cidade. Em seguida, apresenta o tema Migração e/ou permanência; questão de gênero e masculinização do campo; problematiza a questão da Sucessão

² Os Clubes 4-S (Saber, Servir, Sentir e Saúde) eram grupos de jovens rurais trabalhados pela extensão rural nas décadas de 50 a 80.

Familiar, Políticas Públicas e Participação Social dos jovens. Por fim, o Projeto Transformar referenciando o início do trabalho com os Clubes de Juventude Rural e o trabalho na atualidade.

A seguir, na apresentação dos resultados, busca-se descrever a área de estudo (Sul de Minas); conhecer o perfil dos jovens sujeitos deste trabalho; identificar os fatores que influenciam a migração ou permanência de jovens rurais no campo (gênero, estado civil, escolaridade, atividades desenvolvidas/projetos produtivos, relações familiares, serviços sociais, participação dos jovens em organizações sociais, políticas públicas) e compreender a perspectiva dos jovens rurais.

No último capítulo serão apresentadas as considerações finais com uma análise dos resultados da pesquisa e propostas que possam subsidiar o estabelecimento de novas estratégias de trabalho com a juventude rural, considerando sua importância relevante para a continuidade da reprodução do espaço rural e da sucessão da agricultura familiar.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar os resultados do Projeto Transformar de Capacitação de Jovens Rurais para a permanência dos jovens no campo e na sucessão familiar entre os anos de 2006 a 2013, na área de abrangência do Sul de Minas.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar os jovens rurais do Sul de Minas participantes do Projeto Transformar;
- b) Verificar a relação do Projeto Transformar com a permanência dos jovens no meio rural e na sucessão familiar;
- c) Analisar os impactos econômicos, sociais e ambientais resultantes do Projeto Transformar junto aos jovens egressos;
- d) Identificar as razões e/ou motivos que determinam as decisões dos jovens rurais de permanecer ou não no campo.

3 JUSTIFICATIVA

A tendência da saída de jovens do campo para as cidades foi apontada por diversos estudos no Brasil e em outros países (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999) e o problema vem sendo analisado em distintas perspectivas. Há certo consenso nas pesquisas (ABRAMOVAY et al., 2001; BRUMER, 2007; CASTRO, 2005b; FERRARI et al., 2004; SPANEVELLO et al., 2011; WEISHEIMER, 2005) quanto às dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente, quanto ao acesso à escola e trabalho e a atração do jovem pelo meio urbano ou, ainda, pelo estilo de vida urbano.

A possibilidade de uma crise na agricultura familiar referente à sucessão do empreendimento se mostra preocupante, pois pode comprometer a viabilidade socioeconômica da agricultura familiar. O meio rural transforma-se em um espaço cada vez mais heterogêneo e desigual, onde a juventude é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição de fronteiras entre o espaço urbano e rural, associada à falta de perspectivas para quem vive da agricultura.

O êxodo seletivo, a masculinização e o envelhecimento não são processos isolados. A compreensão da situação contemporânea e suas implicações são fundamentais para que sejam elaboradas ações para modificar, amenizar ou adaptar essa nova dinâmica demográfica rural ao futuro, considerando as especificidades regionais.

A tendência das mulheres em deixar o campo tem mostrado forte impacto sobre a migração campo-cidade, pois influencia parte dos jovens rapazes, além dos jovens rurais se considerarem menos privilegiados que os jovens urbanos em relação à educação, lazer, trabalho e oportunidades.

A população rural em Minas Gerais, na faixa etária de 15 a 29 anos, vem diminuindo, o que pode ser um sintoma da migração deste grupo para o meio

urbano. Em 2000, o estado tinha 862.529 jovens rurais, enquanto dez anos depois, registrava 700.826 pessoas, na mesma faixa de idade. A estimativa é de uma população de 120 mil jovens rurais no Sul de Minas (IBGE, 2010).

O número é mais que suficiente para justificar a necessidade de investir em políticas públicas para esse público, pois com um contingente de mais de 700 mil jovens no campo, precisa-se de ações que atendam a este grupo rural, com enfoque para as relações de gênero e processos de empoderamento (IBGE, 2010).

Do ponto de vista político, acadêmico, da pesquisa e da sociedade brasileira, a população jovem esteve durante muito tempo numa situação de invisibilidade e à margem de qualquer política pública e a partir dos anos 1990, as discussões demonstraram a necessidade de atenção especial a esta categoria social (EMATER-MG, 2010).

O estudo justifica-se, ainda, como possibilidade de caracterizar os jovens rurais do Sul de Minas, contribuindo para compreender as ações do Projeto Transformar e identificar estratégias para ampliação dos trabalhos e das políticas públicas para juventude rural, que busquem a participação efetiva dos jovens nos projetos e programas.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Juventude Rural

[...] a categoria “jovem” é fortemente valorizada e constantemente acionada nos discursos dos pais e dos movimentos sociais rurais, associada à renovação e ao futuro, ou seja, como categoria-chave na reprodução da produção familiar (CASTRO, 2009a, p. 39).

4.1.1 Juventude, Jovem Rural

a) Principais conceitos adotados no estudo

Os estudos sobre juventude no Brasil apontam diferentes abordagens para definir este segmento da população brasileira e não se pode traçar um perfil único da juventude rural, pois está inserida em diferentes contextos socioeconômicos e culturais. Sendo assim, apresentam-se as considerações de alguns pesquisadores do tema.

Na análise de Castro (2005a), são três movimentos/momentos em que se desenham a definição da categoria jovem: 1) com base em elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; 2) a definição substancializada/adjetivada da categoria e 3) a crítica a esses recortes e busca de outros vieses.

Weisheimer (2005) identifica cinco abordagens utilizadas nas definições conceituais sobre a juventude rural: faixa etária; ciclo da vida; geração; cultura ou modo de vida e representação social. Para o autor, alguns pesquisadores enfatizam uma dessas abordagens, outros procuram fazer diferentes combinações entre elas e tem aqueles que não se preocupam em estabelecer alguma definição. Na visão do autor, as abordagens são caracterizadas como:

- 1) *Juventude como faixa etária:* nesta abordagem, a juventude é definida pelo critério da idade biológica dos indivíduos e que tem sido criticada por não levar em conta as diferenças entre idade biológica e social.

A identificação de uma população como jovem, considerando um corte etário, aparece de forma mais clara em pesquisas da década de 1960. O corte etário de 15-24 anos, definido por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), procura homogeneizar o conceito de “juventude” com limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente e limites máximos de término da escolarização formal básica (básico e médio).

- 2) *A juventude como período de transição ou ciclo de vida:* indica uma etapa ou estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem definido pelo surgimento da puberdade e que se conclui pela percepção de que os indivíduos passam a assumir papéis atribuídos aos adultos.

O ingresso no trabalho é visto como um elemento central na transição juvenil, já que é por meio dele que os jovens começam a adquirir uma relativa autonomia perante a família de origem.

Esta definição de juventude como um período de transição assume importância à medida que foi assumida pela Unesco pela Conferência Internacional sobre Juventude, realizada em Grenoble (1964), sendo então uma das mais utilizadas por pesquisadores.

- 3) *Juventude como compartilhamento de experiências comuns*: o enfoque nas gerações, que apresentam similaridades resultantes de participação em um mesmo processo histórico. A abordagem geracional apresenta-nos questões relativas à transmissão e à adaptação da herança cultural e, muitas vezes, o ritmo das mudanças sociais provoca a difusão de novos valores e comportamentos que são mais facilmente incorporados pela juventude, a qual não se encontra completamente enredada no *status quo* da ordem social.
- 4) *Juventude como cultura ou modo de vida*: os indivíduos são definidos como jovens por critérios culturais, dando destaque a uma cultura jovem e à importância de espaços de sociabilidade juvenis na constituição de suas identidades.

Nesta abordagem, a mídia aparece, então, como um sistema que possui muita influência e a vida rural não é mais como a televisão mostra e, assim, o jovem rural busca inserir-se no modelo urbano retratado na televisão.

- 5) *Juventude como representação social e autorrepresentação*: o termo “juventude” designa um conjunto de relações sociais específicas, vividas por pessoas classificadas como jovens em uma dada sociedade. A *condição juvenil* aparece como uma posição na hierarquia social, fundada em representações sociais, em que busca apreender os significados atribuídos os quais definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto sociocultural.

Para Weisheimer (2005), esses critérios de inclusão e exclusão são socialmente construídos e móveis, suas fronteiras e representações sociais

remetem à ideia de que a juventude é um processo transitório que marca a passagem de uma condição social da dependência plena na infância a de plena independência na idade adulta, vinculadas à assunção de responsabilidades produtivas, residenciais, matrimoniais, paternais ou maternais. Esta abordagem permite-nos perceber a juventude como realidade múltipla, fundada em representações sociais diversas.

Segundo Machado (2011), foi somente no século XX, na sociedade ocidental, que as representações sobre o conceito de juventude assumiram dimensões sociais, demarcando a fronteira como uma fase da idade da vida intermediária entre a infância e a maturidade.

Kummer e Colognese (2013, p. 205) entendem a categoria jovem como uma das mais complexas de se definir entre as faixas etárias e momentos de vida humana, porque se supõe que “seja um período de transição e como tal se encontra em ambiente movediço e variável”. Os autores tomam por base a análise de Weisheimer (2005), que compreende que a juventude representa uma fase situada entre a infância e vida adulta, em que o marco inicial seria o momento da conclusão do desenvolvimento cognitivo da criança e seu final estaria ligado à entrada na vida adulta.

Mostrando que não há uma definição consensual, Kummer e Colognese (2013) fazem referência a Abramovay (1998) que utiliza uma categorização para definir a juventude rural entre 15 e 29 anos, resguardadas as características peculiares, tais como o matrimônio e a estrutura familiar.

Encontram-se nos vários trabalhos analisados a categoria “juventude” associada a determinados substantivos e adjetivos que partem da visão do “jovem” como um ator social detentor de certas características e atributos e a discussão se o recorte deva ser etário, geracional, comportamental ou por algum contexto histórico e o ponto de partida, em muitos casos, é uma categoria genérica.

Também há afirmações de que o peso da transitoriedade aparece como uma “marca”, transferindo para aqueles assim identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletas, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Juventude percebida como uma categoria social relegada a um espaço de subalternidade nas relações sociais. Paradoxalmente, o termo *jovem* é associado a *futuro* e à *transformação social*. A juventude seria pouco *levada a sério*, tratando-se jovens como *adultos em potencial*. Isso tem implicações desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego, até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisão (CASTRO, 2009).

A falta de consenso quanto à noção de “juventude”, utilizada nas pesquisas analisadas, expressa-se na grande variedade de recortes analíticos e definições conceituais. Castro e Aquino (2008) sugerem um recorte etário, coincidente com as demandas de movimentos sociais ligados aos jovens rurais, associado a uma definição de juventude como um período de transição, concluído quando este constitui uma unidade produtiva autônoma, após o casamento ou pela herança da terra.

O critério etário é o que vem sendo adotado por programas de acesso a terra, como as linhas do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que considera a idade entre 16 a 28 anos. É importante mencionar que as diferentes políticas públicas direcionadas à juventude utilizam distintas faixas etárias.

Os autores (Castro e Aquino) consideram que, do ponto de vista de políticas públicas para o jovem (e para o jovem rural), o critério mais apropriado é o de idade por ser universal (tanto em termos do que é idade, como de sua mensuração) e apresentar previsibilidade de seu estado futuro (a cada dia a expectativa de vida é maior). É relevante do ponto de vista teórico e conceitual compreender a distinção entre idade cronológica e o que é social ou culturalmente aceito como definição de “jovem”.

Crítérios de transição não apresentam previsibilidade, pois seus indicadores (estado civil, posse de unidade produtiva, emprego, dentre outros) podem ser alterados mais de uma vez e em direções opostas, com o passar do tempo e só podem ser usados se associados à idade das pessoas.

Diante de tantas concepções de vários pesquisadores, instituições e movimentos, não se pode afirmar a condição juvenil como fase específica e singular de transitoriedade psicológica e sociológica, pois é um período de descobertas, experimentações e afirmações num universo juvenil caracterizado por opressões e cobranças. Também é uma fase complexa de tomadas de decisões quanto a qual caminho seguir, por qual profissão se dedicar, estudar ou não, optar por uma área de estudos e local de moradia.

De acordo com Kummer e Colognese (2013), mesmo existindo dificuldades operacionais, para delimitar o início e o fim do período chamado de ‘juventude’, tendo em vista os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos, envolvidos na definição do termo, há algum consenso na consideração de quem é jovem em determinada sociedade. Por causa dessa diversidade temática e por consequência analítica e teórica, a juventude tem sido considerada como ciclo de vida, geração, faixa etária, representação social, cultura ou modo de vida.

b) Definição de Jovem Rural

Pode-se definir o jovem rural como aquele que não apenas reside no meio rural, mas que o vivencia, que participa de unidade produtiva de caráter familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos (KUMMER; COLOGNESE, 2013). É o sujeito que se relaciona com um modo de ser específico, vinculado a uma realidade em que o mundo do trabalho e o mundo da vida se fundem e se confundem, carrega as particularidades de seu modo de

vida e o fato de estar vinculado à agricultura não o torna agricultor. A juventude rural, entendida como uma categoria social específica, também, configura-se diante da diversidade e da heterogeneidade.

Nos trabalhos analisados por Weisheimer (2005), foram identificadas 14 maneiras diferentes de denominar os jovens do meio rural, o que reflete a diversidade das configurações juvenis como exemplo: jovens agricultores, jovens do campo/do interior/do sertão, jovens empreendedores rurais, jovens filhos de agricultores, jovens sem terra, juventude escolar rural. Nesta pesquisa usamos os termos “juventude rural” ou “jovens rurais”.

Sales (2006) questiona: Juventude rural, ela existe? Que determina ser jovem no meio rural? Para a autora, a juventude rural e a juventude urbana são categorias construídas socialmente. Quando se delimita o início e término da juventude que vive no mundo rural a imprecisão é bem maior porque os critérios etários são mais variáveis. A idade entendida como uma construção social aparece sempre no contexto das relações sociais, portanto, ao tomar como referência as sociedades rurais, certamente esta noção terá especificidades diferenciadas das sociedades urbanas. Enquanto as urbanas demarcam essa fase de transição, por meio da escolarização, como preparação ao ingresso no mercado de trabalho, no mundo rural a linha divisória que demarca a superação da infância e da juventude para a vida adulta é o casamento e formação da prole.

De acordo com Machado (2011), o jovem rural apresenta um perfil diferenciado em relação ao jovem do meio urbano, perfil adquirido ao longo de uma trajetória de luta pela terra, na conquista da cidadania e na resistência às formas de preconceito enfrentadas nos diversos espaços da sociedade em que vivem. O autor demonstrou como a idade tornou-se objeto de estudo, ao longo dos séculos, contribuindo para reforçar nosso entendimento de que, apesar da juventude ser considerada uma etapa biológica da vida, ela possui características

culturais próprias e deve ser avaliada e interpretada sociologicamente, em meio a muita diversidade.

Torna-se complexo definir o momento exato de início e término da juventude, pois a idade social difere-se da idade biológica, não podendo utilizar-se um único critério para definir esta categoria.

c) A importância do Jovem Rural para a Agricultura Familiar

As estatísticas apresentam a agricultura familiar como fundamental para o crescimento econômico, na garantia da segurança e soberania alimentar do país, sendo considerada como a principal fornecedora de alimentos para o mercado interno e como importante potencial na criação de condições e oportunidades de trabalho e sobrevivência que contribuem principalmente para o desenvolvimento de pequenos municípios (COSTA; RALISCH, 2013).

Spanevello et al. (2011) apresentam que o processo de saída dos jovens pertencentes à agricultura familiar vem cada vez mais ocupando espaço nas agendas de pesquisa e dos agentes de desenvolvimento rural. Os autores lembram a caracterização e conceituação do termo agricultura familiar de Abramovay (1998) que considera três atributos básicos importantes: gestão, propriedade e trabalho familiar, além da importante contribuição socioeconômica da agricultura familiar, baseada no censo do IBGE de 2006, mas observam a dificuldade em garantir a sua reprodução social, em razão de crescente fluxo migratório juvenil do campo para a cidade.

De acordo com Castro et al. (2013), a permanência do jovem rural no campo é muito importante para a agricultura familiar no Brasil, pois são vistos como uma categoria-chave para a reprodução social do campo e da agricultura familiar.

Reiterando esta importância, para Castro e Aquino (2008), a migração de jovens para as cidades tem sido vista como um problema, à medida que não só contribui para o “esvaziamento” do campo, mas também pressagia o fim do mundo rural. Segundo os autores, a transmissão da propriedade e sua continuidade, pelos critérios de sucessão/herança, constitui um dos fatores que provocam a desestabilização da agricultura familiar e o afastamento dos jovens das atividades agrícolas.

No Brasil, as pesquisas do IBGE sobre a situação dos jovens têm mostrado muitos problemas que atingem estes jovens e que precisam ser resolvidos. Entre estes problemas estão a pobreza, a violência, a dificuldade para educar-se, o desemprego e todos eles dependem de políticas públicas para serem solucionados.

4.1.2 Estudos sobre Juventude Rural

Desde o final do século XX tem-se presenciado um grande impulso no debate sobre *juventude*, com uma extensa produção bibliográfica referente ao espaço urbano e com uma produção bem menor da juventude rural. Vários autores (BRUMER, 2007; CASTRO, 2009; KUMMER; COLOGNESE, 2013; WEISHEIMER, 2005) ressaltam a grande distância entre o esforço acadêmico, em analisar a juventude urbana e rural, mesmo com um aumento considerável no volume de estudos e ações, sendo a juventude rural brasileira ainda pouco conhecida.

A partir da década de 90, houve um aumento significativo do número de trabalhos, além de ONG's, sites da internet, que abordam “*juventude rural*”, com os esforços voltados para analisar “jovens rurais” associados ao problema da migração rural/urbano e da herança e sucessão da pequena propriedade familiar (KUMMER; COLOGNESE, 2013).

No mapeamento das pesquisas sobre a juventude rural no Brasil, Weisheimer (2005) demonstra que as pesquisas sobre juventude do meio rural não constituem uma produção expressiva em termos de volume, não chegando a quatro trabalhos por ano, no período de 1990 a 2004, concluindo que a “migração e a invisibilidade” da juventude rural são os fatores mais marcantes nos estudos e que os jovens rurais constituem um objeto ainda pouco estudado para a maioria dos pesquisadores brasileiros.

Pela análise dos trabalhos sobre o tema, tornou-se possível identificar quatro linhas temáticas gerais que norteiam o desenvolvimento das pesquisas sobre a juventude rural dos pesquisadores brasileiros: *Juventude e Educação Rural*; *Juventude Rural, Identidades e Ação Coletiva*; *Juventude Rural e Inserção no Trabalho*; e *Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar*, com predominância dos trabalhos que buscam compreender as relações entre a juventude e os processos de reprodução social da agricultura familiar.

Segundo Brumer (2007), o aumento do número de estudos sobre a juventude, nos últimos 15 anos, foi decorrente da maior presença de jovens reivindicando maior visibilidade e a formulação de políticas públicas geradoras de emprego, renda, educação e lazer.

4.1.3 Situação da Juventude Rural

Em várias pesquisas encontra-se a situação do jovem rural no Brasil e apresentamos alguns resultados, sob a orientação da idade cronológica.

No Brasil, a abordagem demográfica do IBGE classifica como jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos em três recortes etários: 15-17 anos como jovens-adolescentes; 18-20 anos como jovens-jovens e 21-24 anos como jovens-adultos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se

adolescente/jovem a pessoa na faixa de 12 a 18 anos (Lei nº 8.069 de 13/07/1990). Para fins de Políticas Públicas, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 16 e 29 anos, o que é o caso do Projeto Transformar como uma política do Governo de Minas Gerais.

A evolução da população rural total entre 1996 e 2006 é peculiar com a diminuição em termos absolutos (foram contabilizadas cerca de 3 milhões a menos de pessoas), enquanto, no mesmo período, a população urbana aumentou, sobretudo, entre aqueles com 60 anos e mais, o que confirma outras análises relativas ao envelhecimento da população brasileira. Em todas as faixas etárias consideradas, os homens rurais são sempre a maioria, o que difere da população urbana (IBGE, 2006).

Conforme dos dados disponibilizados pelo IBGE referentes ao censo de 2010 e demonstrados na Tabela 1, demograficamente, está ocorrendo uma inegável diminuição da população que vive nas áreas rurais, nas últimas décadas. Há em torno de 51 milhões de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil e apenas 27% dos jovens vivem no espaço rural.

Tabela 1 Dados da população do Brasil, Minas Gerais e Sul de Minas

	População	População Rural	População Jovem	População Jovem Urbana	População Jovem Rural
Brasil	190 milhões	29 milhões	51.330.569	43.522.942	7.807.627
Minas Gerais	19 milhões	2 milhões	5.156.196	4.455.370	700.826
Sul de Minas	-	-	-	-	Estimativa de 120.000

Fonte: IBGE (2010).

Fazendo um recorte para o estado de Minas Gerais, a população total é de 19 milhões e apenas cerca de 2 milhões estão no espaço rural. Observando a população na faixa etária de 15 a 29 anos, são 5 milhões e, no espaço urbano, estão mais de 4 milhões e apenas 700.800 jovens estão no espaço rural. No Sul de Minas a estimativa é de 120.000 jovens rurais.

Dados comparativos do censo IBGE de 2000 e 2010 mostram que, de fato, a população rural no estado mineiro, na faixa etária de 15 a 29 anos, vem diminuindo, o que pode ser um sintoma da migração deste grupo para o meio urbano. Em 2000, Minas tinha 862.529 jovens rurais, enquanto dez anos depois, registrava 700.826 pessoas, na mesma faixa de idade (IBGE, 2010).

Baseando-se nos dados do IBGE de 2010, de que a taxa de êxodo rural no país caiu da tendência de 1,31% entre 1990-2000 para 0,65% entre 2000-2010, Barcellos (2014a) observa que a população jovem ainda representa uma grande parcela populacional e pode ser considerada como o maior grupo etário no Brasil.

Também os dados evidenciam que as casas nas áreas rurais têm menos serviços públicos de tratamento de água e esgotos, menos aparelhos domésticos, serviço de luz elétrica do que as casas das cidades, o que pode levar muitos a deixarem o campo pensando em levar uma vida com maior conforto nas cidades (IBGE, 2010).

Segundo Castro et al. (2013), as condições da vida no campo já indicam algumas das possíveis razões para que os jovens rurais escolham viver nas cidades, sendo a demanda mais importante o acesso à terra, depois a busca por educação, a falta de serviços sociais (internet, lazer, esportes), dificuldades para constituir uma família e para herdar a propriedade.

Barcellos (2014a) mostra que a região Sudeste é apontada como a região onde ocorreu o maior êxodo da população rural, seguida pelas regiões Sul e Nordeste. O autor observa que, de acordo com os dados do IBGE, há maior

concentração de jovens rurais na região Nordeste, em torno de quatro milhões, a metade dos jovens rurais brasileiros e a maioria da população rural está na região Norte e Nordeste.

4.1.4 As Problemáticas da Juventude Rural

a) A invisibilidade da juventude rural

A invisibilidade dos jovens é percebida do ponto de vista público, político e de pesquisas e sugere buscar condições propícias para a superação deste dilema na sociedade brasileira, embora ainda persistam vários problemas estruturais que restringem o exercício pleno da cidadania e o usufruto de direitos e acesso a bens da modernidade (CASTRO, 2007).

Segundo Carvalho et al. (2009), a situação de invisibilidade da juventude rural é constituída pelo não reconhecimento dessa categoria como agente social, em que é percebida como um grupo em crise, que precisa tomar suas decisões de acordo com a expectativa exterior.

Destaca-se que é recorrente no Brasil a análise sobre juventude rural que enfatiza o problema da migração do campo para a cidade e o desinteresse dos jovens pelo meio rural e pela agricultura. Contudo, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões, em que a categoria jovem é construída e seus significados disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades e demandas sociais (CARVALHO et al., 2009).

Castro (2009) faz referência a Bourdieu (1977) que coloca a *juventude rural* se confrontando como “class object”, com imagens “urbanas” sobre o campo, com um jovem rural que se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como *trabalhador, camponês*,

agricultor familiar, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Apesar dessa “movimentação”, este “novo ator” é pouco conhecido e, ainda, muito negligenciado pelas pesquisas. Juventude rural também não se apresenta como foco prioritário para as políticas públicas de juventude.

É possível constatar em muitos trabalhos a “juventude” como agente de transformações sociais que resgate o campo e o “jovem” como o ator social privilegiado e existem alguns programas sociais que visam “*manter o jovem no campo*” e “*empoderá-lo*” de capacidade de liderança. Esta é uma mudança profunda na realidade e demanda ações coletivas e esforços individuais. Neste sentido, Stropasolas (2015) traz a preocupação em debater a categoria também como ator político em diálogo com as desigualdades sociais no campo.

Portanto, num paradoxo, a categoria “jovem” é fortemente valorizada e constantemente acionada nos discursos dos pais e movimentos sociais rurais, associada à renovação e ao futuro como categoria-chave na reprodução da produção familiar.

b) Hierarquia, controle e participação

Segundo Castro (2009), ser jovem carrega a marca da pouca confiabilidade na hierarquia das relações familiares, ainda que o jovem assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade da atividade rural e movimentos sociais. A expressão *jovem rural* carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, uma categoria percebida como inferior nas relações de hierarquia estabelecidas na família e na sociedade. Essa posição ainda está marcada por um contexto nacional de difíceis condições econômicas e sociais para a pequena produção familiar

Observa-se, em diferentes estudos, que existem inúmeros mecanismos de controle por meio dos quais o jovem deve ser vigiado e controlado. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e demais redes sociais, principalmente, para mulheres que sofrem ainda mais com esta forte autoridade paterna. O controle é exercido enquanto o jovem estiver vivendo com os pais, principalmente no caso das filhas, o que reforça a “saída” de casa como forma de alcançar autonomia. Assim, “ficar” ou “sair” do meio rural diz respeito também a “ficar” ou “sair” da casa dos pais e do alcance da autoridade paterna (CASTRO, 2009).

As pesquisas de Castro (2009) apresentam relatos de jovens afirmando que são tratados com descaso e não são ouvidos nos momentos de decisão na família ou nos espaços coletivos de organização, onde são marcados pela desqualificação das suas intervenções, numa percepção de pouca seriedade e deslegitimação por serem jovens. A falta de acesso dos jovens aos espaços de decisão é expressão dessas relações de subordinação e também da pouca confiança advinda da associação dos jovens rurais ao desinteresse e descompromisso pelo meio rural e à atração pela cidade. Se a atuação dos jovens em espaços de direção e/ou decisão é conflituosa para os homens, para as jovens é quase inexistente.

Em seus estudos, Castro (2009) mostra que, ainda que o jovem ocupe um lugar de direção, a hierarquia e sua posição de subalternidade, em relação aos adultos/pai, continuam a ser reproduzidas e as “queixas” reforçam a difícil e tensa participação em espaços de decisão e o acesso ainda mais limitado da participação das mulheres.

Verifica-se o peso da autoridade paterna nas decisões tomadas pelos jovens na construção de seus projetos de vida, em que os jovens não desempenham sozinhos, atividades de gestão da propriedade familiar. A força de trabalho dos jovens é importante e muito significativa na manutenção das

unidades produtivas, mas dificilmente recebem uma renda constante pelo trabalho desempenhado. A falta de acesso a uma renda efetiva contribui para desestimular os jovens a permanecerem na atividade, principalmente as moças (CARVALHO et al., 2009).

De acordo com Ferrari et al. (2004), até o final dos anos 1960, a influência familiar nas decisões profissionais dos filhos revestia-se frequentemente de considerável conotação moral e, de acordo com a pesquisa de 2004, nos dias atuais, há uma maior flexibilidade e apoio dos pais na decisão dos filhos, não seguindo a mesma lógica do passado.

Conforme relatado por Woortman (1997), o fato de um jovem ter sua capacidade de trabalho reconhecida não significa que pode gerenciar a produção, pois o governo continua a ser do pai e o homem jovem só passa a dar a direção, quando for casado e responsável por sua família e que a transição para adulto começa no processo de trabalho interno ao sítio e se completa no plano da comercialização/feira, onde adquire o reconhecimento do saber necessário para “negociar”.

Para Castro e Aquino (2008), as oportunidades de trabalho e de construção de autonomia são mais difíceis para os que vivem no campo, pois se inserem em padrões culturais que operam com a lógica da continuidade da atividade agrícola, em estreita relação com o tamanho da terra a que estejam vinculados por laços de família. Assim, a transmissão da propriedade e sua continuidade constitui um dos fatores que provocam a desestabilização da agricultura familiar e o afastamento dos jovens das lidas agrícolas.

c) Escola

Como o meio rural não oferece ensino em quantidade e qualidade, a busca de estudos representa o início da circulação dos filhos entre as áreas rurais

e urbanas e, num segundo momento, a busca por um trabalho remunerado. Ampliando seus espaços de sociabilidade, novos valores têm sido incorporados aos modos de vida dos jovens rurais, demonstrando uma grande capacidade de assimilar as novidades que chegam com a aproximação dos espaços rural e urbano (PUNTEL; PAIVA; RAMOS, 2011).

As fronteiras entre o rural e o urbano estão cada vez mais próximas e as dificuldades inerentes à vida e ao trabalho no meio rural colocam novas perspectivas e dilemas principalmente para os jovens. Neste contexto, Carvalho et al. (2009) afirmam que a escolarização influi nas perspectivas de reprodução da atividade agrícola, uma vez que aproxima os jovens rurais a um universo particularmente voltado ao meio urbano.

Apesar das dificuldades de acesso, a frequência à escola é prioridade em vários discursos de muitas pesquisas, valorizando o ensino e associando a formação escolar a um futuro e vida melhor. A própria família incentiva o jovem a permanecer na escola, alegando que assim ele será capaz de ter um emprego melhor e deixar de lado a agricultura, sinônimo de uma vida sofrida e dura (CARVALHO et al., 2009).

Para a autora, este primeiro momento de frequentar a escola gera uma circulação “permitida”, o contato com novas redes de sociabilidade e amplia o debate sobre o “futuro”, numa “saída” que não altera as construções familiares quanto à necessidade de controle deste “jovem”.

Com as transformações do meio rural ocasionando a diminuição das atividades agrícolas e o desenvolvimento de atividades não agrícolas, o jovem passa a entender que sua permanência na zona rural também exige educação para desenvolver sua produção nas bases da sociedade moderna, adotando novas tecnologias, além de necessitar de políticas de incentivo por parte do governo (CARVALHO et al., 2009).

Pereira (2008) questiona até que ponto uma educação técnica, direcionada ao mundo rural, contribui efetivamente para que os jovens permaneçam no campo, principalmente, os das famílias de agricultores descapitalizados, de arrendatários e trabalhadores assalariados. Para o autor, o lugar que o jovem ocupa numa determinada sociedade e as características dessa sociedade podem ajudar a definir suas respostas diante das condições ou possibilidades vividas. A escola pode contribuir para essa mudança de perspectiva quanto à forma de permanecer no campo, já que insere uma visão mais técnica ou “empresarial”, na formação dos jovens rurais.

Ferrari et al. (2004) mostram que, conforme constatado em vários estudos da América Latina, a educação é um fator decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem e que, geralmente, fica no campo o filho que menos estudou, numa associação entre permanência na atividade agrícola e baixo nível educacional, principalmente, para os rapazes.

A nucleação das escolas promovida nos últimos anos é considerada pelos próprios agricultores da pesquisa de Ferrari et al. (2004) uma das causas do afastamento dos jovens do meio rural, pois, nesse contexto, cresce a desvinculação com o meio rural e com ela aumenta também a possibilidade da migração definitiva do campo para a cidade.

d) Trabalho externo/Novo Rural

Não é apenas a busca por melhores níveis de estudo que atrai os jovens às cidades. A questão se centraliza num conjunto de “acessos” em que a renda ocupa lugar de destaque.

De acordo com Castro (2005a), outra inserção valorizada é o trabalho externo à propriedade, marcada por diferenças entre homens e mulheres e são vários objetivos desta saída como a manutenção da unidade de produção, o

começo do processo de “saída” dos jovens e uma combinação de interesses pessoais e da família para atender seu consumo individual e de ajuda.

Se frequentar a escola não representa um impedimento para a atuação no trabalho familiar, o trabalho externo, muitas vezes, marca uma ruptura temporária ou definitiva. Nas pesquisas analisadas são citadas como principal ocupação desses “jovens”/homens a construção civil e das filhas o emprego no comércio ou como doméstica/babá.

A autonomia e “segurança” (salário e carteira assinada) do trabalho urbano aparecem como uma razão a mais para o distanciamento e o desinteresse pelo trabalho na propriedade rural e com uma intensa circulação dos “jovens” em função do trabalho externo e da escola. Ao mesmo tempo, as famílias reorganizam o trabalho familiar como estratégia para que os filhos possam estudar e trabalhar. Neste contexto, o trabalho urbano é valorizado pela renda “mais certa” que contribui com a renda da família, vista como necessária em razão das condições difíceis de retorno financeiro da produção familiar e o estudo é mais associado a imagens de mobilidade social. A realidade é bem distante desses “sonhos” e a tendência para esses “jovens” é uma inserção em condições precárias no mundo do trabalho, por não terem uma qualificação específica ou formal (CASTRO, 2005a).

Considerando-se as transformações recentes no meio rural e na agricultura brasileira, como a evolução do emprego rural não agrícola, diversificam-se as possibilidades de inserção profissional dos jovens rurais. Disso resulta que, hoje em dia, nem todos os jovens rurais são necessariamente agricultores, assim como as situações de propriedade ou não da terra em que trabalham.

Segundo Castro e Aquino (2008), na lógica da agricultura familiar, as relações produtivas têm como base compromissos e obrigações familiares e, por isso, o trabalho de todos os seus integrantes, inclusive jovens, não envolve

questões salariais, porque tem como finalidade a reprodução social da família e da unidade produtiva, tanto no ciclo curto (reprodução biológica) como no ciclo longo (reprodução geracional).

Recentemente os autores Schneider (2006) e Wanderley e Favaretto (2013) assinalaram a diversificação nos espaços rurais e consideram que mais do que um renascimento, observa-se o surgimento do “Novo Rural”³. Os autores consideram que, a partir do início dos anos 2000, o tema da ruralidade surge com maior peso, estimulado pelas organizações da sociedade civil, sindicatos, pesquisadores e gestores governamentais.

Para Wanderley e Favareto (2013), desaparece todo o sentido em tratar o rural, exclusivamente, como o oposto do urbano, em proclamar seu desaparecimento, ou em resumi-lo a apenas uma de suas dimensões atuais: o agrícola. A pluriatividade é a forma moderna de ser agricultor e corresponde a uma estratégia das famílias para enfrentar dois dilemas que lhes são próprios e específicos: complementar a renda coletiva com ocupações fora do sítio, utilizando a força de trabalho familiar disponível e encaminhar profissionalmente os filhos que não sucederão aos pais.

É o que defende Schneider (2006), ao considerar que a pluriatividade que ocorre no meio rural, refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura, exercida por um grupo doméstico que compartilha entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho e se identifica como uma família.

O “Novo Rural” surge nos anos 80 com, basicamente, três grandes grupos de atividades: uma agropecuária moderna (*commodities*/ agroindústrias); um conjunto de atividades não agrícolas (ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços) e um conjunto de “novas”

³ Novo Rural: nova conformação do meio rural brasileiro a partir de meados dos anos 80.

atividades agropecuárias, impulsionadas das por nichos especiais de mercados (atividades seculares que recentemente foram transformadas em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural e passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas) (SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2005).

Os dados do Projeto Rurbano (SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2005) mostram que, no fim dos anos 90, as rendas não agrícolas já ultrapassavam as rendas das famílias rurais brasileiras provenientes da atividade agropecuária, numa tendência de formação das rendas e ocupação de trabalho.

e) Relação campo e cidade

Na dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural chama a atenção como a faixa demográfica mais afetada (PUNTEL; PAIVA; RAMOS, 2011).

A diferença do rural e urbano, conforme as definições do IBGE, é que espaço rural é o que não apresenta características urbanas. Segundo Bacelar e Bezerra (2013), o IBGE leva em consideração as legislações de cada município para subdividir o espaço territorial brasileiro em áreas urbanas e rurais. São urbanos todos os que vivem nos perímetros assim definidos, independente de qualquer outra consideração. Como resultado: rurais são as áreas externas aos perímetros urbanos de cidades ou vilas do país e o espaço rural é percebido como um resíduo do urbano. Destaca que, conforme Veiga⁴, em 2010, 70% dos municípios do país tinham menos de 20 mil habitantes e quase 90% tinham menos de 50 mil habitantes.

⁴ Ver “Cidades Imaginárias” (VEIGA, 2002).

Por causa da definição do IBGE (2010), vislumbra-se como população rural no Brasil um contingente de pouco mais de 30 milhões de habitantes, dentre os 190 milhões totais. A população urbana se constitui entre os demais 160 milhões distribuídos nos 5.564 municípios. O Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes.

O estudo de Bacelar e Bezerra (2013) mostra que o reconhecimento de uma percepção equivocada do rural – apenas resíduo do urbano – é uma postura das décadas de 1940-50, quando o Estado brasileiro adota a definição sobre a delimitação dos espaços rurais e urbanos. Para a autora, essa definição é eminentemente físico-geográfica e arbitrária, por não considerar as relações diferenciadas de interdependência e complementaridade e os processos econômicos e sociais que constituem esses espaços sociais. No Brasil, o rural é visto como periférico, residual, dominado visto que a definição legal é do urbano, em que o IBGE segue as Câmaras Municipais.

Preocupações dessa natureza foram objeto de estudo de numerosos pensadores do rural brasileiro. No plano específico das novas relações entre os espaços rurais e urbanos, autores como José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Arilson Favaretto, Maria Nazareth Wanderley, entre outros, têm se posicionado a favor da revisão dos critérios classificatórios adotados pelo IBGE.

Vários estudos mostram a associação do meio rural como sinônimo de local degradante, atrasado, não modernizado e do meio urbano como um lugar de progresso e modernidade. Também destacam que os jovens rurais que não estudam são estigmatizados por suas comunidades, expostos à exploração do trabalho e criam-se estereótipos, caracterizando o jovem rural como simplório, pouco dotado de inteligência, mais propenso ao trabalho manual.

O jovem rural, em certa medida, vê-se estigmatizado diante da aproximação entre o mundo rural e urbano, visto que o urbano é mais valorizado. Castro (2007) verifica que pertencem ao meio rural, a falta de acesso

a serviços e bens de consumo, assim como a carente inserção de políticas públicas efetivas e eficientes de um modo geral.

Os identificados como *jovens* e *rurais* sofrem com as imagens pejorativas sobre o mundo rural e as consequências dessa desvalorização do mundo rural no espaço urbano. Também, no meio rural, muitas vezes, são deslegitimados por seus pais e adultos em geral por serem muito urbanos.

Por esta situação, os jovens rurais manifestam novas demandas que se aproximam das percebidas no meio urbano como o acesso a bens, à mobilidade, à melhoria das condições de contato social (aparência). Muitos jovens têm acesso a “experiências” urbanas sem abandonar o espaço rural ou deixar de vincular-se a ele e esta mobilidade garante vivenciar os dois mundos, tanto para os jovens que permanecem trabalhando no meio rural e circulando no meio urbano, quanto para aqueles que fazem o contrário (CASTRO, 2007).

Os jovens rurais atribuem novos sentidos ao campo e à identidade de agricultor familiar, afastando-se da imagem que os associem a um rural atrasado (pessoas analfabetas, desinformadas sobre assuntos gerais, sem acesso a novas tecnologias, entre outros). Eles buscam identificar-se com uma juventude moderna, em que se torna fundamental a incorporação de novos valores (relacionamentos abertos), novas tecnologias (uso da internet/facebook), inclusive, no sentido de organizar a produção agrícola familiar (PEREIRA, 2008).

Brumer (2007) vê a circulação entre o campo e a cidade como uma possibilidade de ampliação do círculo de relações sociais e uma maior integração cultural dos jovens rurais.

A juventude rural possui especificidades que expressam os diferentes papéis que lhes são atribuídos ou esperados e os jovens são vistos como uma categoria-chave para a reprodução social do campo e da agricultura familiar. Apesar desta relevância, é evidente, em diversos estudos, que a população da

área rural do Brasil tem diminuído com os processos de migração dos jovens rurais e conseqüente esvaziamento do campo, o que é uma das maiores ameaças para o desenvolvimento rural.

4.2 Migração

Por que migram? Porque querem não apenas melhores condições de trabalho e mais bem remunerado, mas também educação de melhor qualidade e, não menos importante, querem o acesso ao lazer... Temos de estar atentos, portanto, não só para as demandas dos jovens rurais, mas também para os nossos olhares sobre esse segmento da população rural (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p. 78).

4.2.1 Migração e/ou permanência

Conforme descrito por Lima (2013), o conceito de *migração* é considerado como sinônimo de mobilidade espacial de uma população ou a deslocamentos de pessoas de um local para outro, de forma temporária ou permanente.

Na análise de Woortman (1990), a migração é uma condição para a permanência camponesa, enfatizando seu papel como prática de reprodução social e sua relação com a hierarquia familiar. A migração não representa um rompimento radical entre os que saem e os que ficam e a obrigação para com parentes é um princípio central, em que aqueles que saem perdem o acesso a terra, mas não perdem necessariamente o acesso à família. Nunca se pode prever quão definitiva é a migração, pois ocorre a migração de retorno em que as pessoas ficam fora, acumulam recursos, aposentam e voltam às origens.

No contexto deste trabalho, falamos de migrações internas que ocorrem dentro de um mesmo país e que podem assumir diversas configurações. Conforme origem e destino, as migrações são consideradas interregionais,

intrarregionais, rural-urbana (de maior interesse neste trabalho). Há, ainda, que se considerar, trata-se de migração sazonal e temporária ou definitiva. Em oposição à migração, coloca-se o conceito de permanência na terra que corresponde a não migração.

Desde o século XIX faz parte da literatura clássica sobre campesinato, a imagem de jovens desinteressados pelo campo e atraídos pela cidade, em que vários autores tratam a questão como intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato e como consequência da desvalorização do campo frente à cidade.

Na busca de referencial sobre migração da juventude rural, encontramos vários estudos que associam esta categoria ao problema da “migração do campo para a cidade”, os quais fazem parte do referencial bibliográfico desta pesquisa.

O marco da discussão da tendência da migração do jovem rural para a cidade foi o trabalho de Camarano e Abramovay (1999) que identificaram este fenômeno tido como questão relevante na agenda política dos países. Os autores analisaram uma série histórica de estimativas de saldos e taxas líquidas de migrações rural-urbanas por sexo e grupos quinquenais de idade para o Brasil e suas cinco regiões para as décadas de 50, 60, 70, 80 e o primeiro quinquênio dos anos 90 e concluíram que a saída de agricultores do campo para as cidades incluía pessoas cada vez mais jovens, com uma predominância crescente das mulheres. Os dados dos autores mostram que os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens. Na década de 1960, por exemplo, predominavam as migrações na faixa etária de 40 a 49 anos. A cada década, a concentração etária das migrações foi caindo, para atingir, nos anos 1990, sobretudo o grupo entre 15 e 19 anos. Os grandes movimentos migratórios ocorreram nas décadas de 70 e 80 em função da mecanização da agricultura e consequente expulsão da mão de obra.

Desde a década de 1990, observaram -se mudanças nas características da migração que passa a ocorrer a curtas e médias distâncias. Alguns dos fatores que estimularam os fluxos migratórios desta década foram o agronegócio, a proletarização do jovem rural e a falta de condições dos jovens desenvolverem projetos de vida (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Os resultados na pesquisa de Camarano e Abramovay (1999) de que a migração vem ganhando maiores proporções nas últimas décadas se confirmaram, de acordo com os dados do IBGE (2010), que indicam que 84,36% da população brasileira estão concentradas nas cidades.

A região Sudeste foi a que mais perdeu população rural e as regiões Sul e Nordeste também tiveram perda de população do campo. O Nordeste, sozinho, concentra metade da população rural do país com 14,3 milhões de um total de 29,8 milhões (IBGE, 2010).

Conforme dados do IBGE (2006), o ponto máximo de migração do meio rural está entre homens de 20 a 24 anos e mulheres entre 15 a 19 anos. São as jovens mulheres que mais saem das áreas rurais, consequência de uma dupla discriminação baseada na invisibilidade de sua condição juvenil e pela desvalorização do seu papel social como mulher e trabalhadora. As consequências são os problemas de sucessão hereditária, masculinização, esvaziamento e envelhecimento do meio rural.

O estudo de Froehlich et al. (2011) mostrou que, na década de 80, o êxodo rural foi mais intenso, mas era mais homogêneo quanto ao sexo e idade. Toda a família deixava a vida rural, ou melhor, era 'expulsa' pelas condições adversas no contexto da modernização conservadora da agricultura conjugada com o acelerado processo de industrialização do país, demandante de mão de obra barata. No processo de urbanização brasileiro, não houve um controle ordenado da situação e, sim, uma expulsão do campo sem que as cidades estivessem preparadas para receber esse contingente populacional. O resultado

pode ser visto ao redor dos centros urbanos, em bolsões de pobreza, que configuram as favelas metropolitanas.

Nas últimas décadas, essa realidade do êxodo rural familiar modificou-se substancialmente e políticas públicas, como a aposentadoria rural, aumentaram a possibilidade de permanência das pessoas mais idosas no espaço rural. Entretanto, para boa parte da população jovem, que cresceu em meio às dificuldades encontradas para a reprodução socioeconômica das unidades produtivas e com maior acesso à escolaridade com viés urbano, a cidade ainda é visualizada como futuro promissor (FROEHLICH et al., 2011).

A tendência do jovem rural em deixar o campo, saindo quase sempre para uma cidade próxima, vem ocorrendo desde 1940. Este fato foi analisado em detalhe por estudiosos brasileiros (ABRAMOVAY, 1998; CASTRO, 2007, 2009) à época e continua a acontecer nos dias de hoje, como mostram os dados do último Censo Demográfico do IBGE, em 2010, em que a população do Brasil cresceu de forma diferente. Nos últimos 60 anos (1950 a 2010), o número de cidadãos que vive nas cidades aumentou muito. Em 50 anos, enquanto a população das cidades aumentou cinco vezes, a população do campo diminuiu de 39 para 29,8 milhões de pessoas. Em 1960, havia mais gente no campo do que nas cidades. Outros estudos mostram que a decisão de sair do campo tem sido tomada por jovens rurais e os mais idosos continuam a morar e trabalhar no campo.

Castro (2009) demonstra que o êxodo rural e a migração são processos antigos no Brasil, sendo a migração sazonal uma prática antiga dos agricultores, como meio de complementar a renda familiar, em contextos de escassez de terras e dificuldade de reprodução dos agricultores. Mas a construção dessas problemáticas associadas à juventude é uma novidade da década de 1990, em que a juventude torna-se uma importante entrada para os estudos do meio rural, colocando-a, ao mesmo tempo, como “problema” e “solução”. Afirma-se que, na

virada da década de 1990 para 2000, há uma mudança do papel atribuído aos jovens rurais, pois eles passam a ser descritos como importantes para o futuro da agricultura familiar e camponesa (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; MELLO et al., 2003).

Ainda, segundo Castro (2009), “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões mediante as quais a categoria jovem é construída e seus significados, disputados. A autora apurou que o dilema “ficar” ou “sair” é marcado não só pela cobrança da atuação na propriedade e pela continuidade do trabalho familiar, como também pela forte valorização da formação escolar e mesmo do trabalho externo remunerado e que a “saída” dos “jovens” das áreas rurais nem sempre é definitiva.

Os problemas enfrentados pelos jovens são antes de tudo problemas enfrentados pela pequena produção familiar e suas muitas formas de reprodução, como as difíceis condições de vida e produção e destaca o acesso à educação como uma das dificuldades que atingem de forma mais direta os jovens rurais, além da falta de acesso a serviços básicos como meio de transporte, saúde, lazer, renda, etc. (CASTRO, 2009).

Em várias pesquisas foi constatado que a maioria dos jovens que afirmaram querer ir embora relacionou esse desejo a querer viver em um lugar melhor, com maior acesso aos serviços públicos e informações. Ressalta-se o estigma da reprodução da hierarquia rural/urbano onde morar no campo é desvalorizado culturalmente é *morar mal*, em oposição a *morar bem* para quem reside nos centros urbanos (CASTRO, 2009).

Em outra análise, Brumer, Pandolfo e Coradini (2008) consideram que o desejo migratório dos jovens é justificado por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela proporciona, além das características referentes à limitação do tamanho da área de terra ou problemas

existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração.

Segundo Prediger (2009), há uma diferença de migração, de acordo com o tamanho da propriedade, visto que, nas propriedades maiores, que mantiveram sua produção, pode até ocorrer o incentivo aos filhos dos agricultores para que um deles permaneça na propriedade e dê sequência às atividades da família. Mas, nas pequenas propriedades, é frequente o incentivo dos próprios pais aos filhos para que estudem e saiam da zona rural em busca de uma vida melhor na zona urbana.

O jovem rural busca o espaço urbano por estar sem perspectivas de permanecer na atividade agrícola, tanto por falta de incentivo dos pais, falta de recursos, tamanho da propriedade, ou até mesmo, por falta de opções de lazer no campo e pelas facilidades da cidade. Muitos jovens têm consciência de que as dificuldades existem e que, também, pode haver pontos negativos quanto à sua migração para a zona urbana, considerando a cidade como fonte de oportunidade e de lazer, mas também de agitação, marginalidade e falta de conforto. Enquanto isso, o campo é visto como lugar em que faltam opções e onde a riqueza dificilmente será alcançada, mas também é visto como lugar tranquilo, acolhedor e sem marginalidade (PREDIGER, 2009).

De acordo com Ferrari et al. (2004), entender os diferentes determinantes do processo de saída dos jovens filhos de agricultores familiares do meio rural em direção às cidades é um desafio para estudiosos do mundo inteiro. Mesmo aqueles jovens que desejam seguir a profissão dos pais encontram dificuldades no meio rural, que limitam suas escolhas, impelindo-os a buscar alternativas profissionais fora do meio rural e da agricultura. Os autores apontam a baixa remuneração da agricultura e a falta de terra, enquanto forças de expulsão, como fatores de esvaziamento do meio rural.

Para os autores, podem ser apontados pelo menos dois fatores básicos que afetam as aspirações profissionais dos jovens agricultores. Primeiro, a formação educacional, já que há fortes indícios de que ficam na propriedade paterna os jovens com menor nível educacional, condição essa que, por si só, reduz sobremaneira as possibilidades de inserção deles no mercado de trabalho urbano. Em segundo lugar, a renda gerada na unidade de produção familiar, pois, para as famílias de menor renda – em geral com pouca terra e de baixa qualidade - são precárias as perspectivas de reprodução com base em atividades agrícolas, sendo a migração para cidades em busca de trabalho uma alternativa mais promissora (FERRARI et al., 2004).

Os trabalhos de Ferrari et al. (2004) apresentam, ainda, alguns determinantes que contribuem para a escolha profissional do jovem rural como a importância da educação, influência familiar e diferenciação social, pobreza e estreitamento das relações sociais, a exclusão feminina do processo sucessório e a busca do seu próprio dinheiro.

Importante destacar que, apesar das difíceis condições de vida e produção identificadas, um número significativo de jovens rurais deseja permanecer na terra, e a pesquisa de Castro (2005b) aponta para a necessidade de se repensar a ideia de "sair" e "ficar" como movimentos definitivos dos *jovens* e analisar a "escolha" entre permanecer ou sair baseada nas condições de reprodução social da família e de autonomia do jovem.

As entrevistas da pesquisa de Spanevello et al. (2011) relatam que a saída dos jovens é motivada como sendo um processo gradual de retirada das pessoas do meio rural e as motivações e razões que levam os jovens a sair são variadas. Também que a maior circulação em espaços urbanos, a possibilidade do contato com outra realidade aumenta as perspectivas de saída. Os pais reconhecem que é difícil convencer um jovem a permanecer quando as

condições da terra ou propriedade e a capitalização da família são desfavorecidas.

De acordo com Spanevello et al. (2011), a saída dos jovens é sentida ou avaliada de maneira diferenciada entre os agricultores, sendo considerada natural para alguns pela falta de terras na propriedade e, para outros agricultores, representa a redução da força do trabalho familiar e a impossibilidade da sucessão.

Os agricultores apresentam preocupações com a geração de novas famílias no meio rural, em razão do êxodo dos próprios filhos e dos demais jovens da comunidade ou município e da diminuição da população rural, salientando o caráter seletivo do êxodo, levando cada vez mais moças a deixarem o campo. Com a saída dos mais jovens, os agricultores ressaltam as dificuldades em manter as redes sociais locais, sejam familiares ou comunitárias, bem como a continuidade das propriedades (SPANEVERELLO et al., 2011).

4.2.2 Questão de gênero e masculinização do campo

Quando se trata do movimento do êxodo da juventude rural, outro fator latente é a perspectiva de gênero referente aos diferentes espaços de sociabilidade ocupados entre os rapazes e as moças que deixam o meio rural em maior número. De acordo com Brumer (2007), isto decorre pela desvalorização das atividades femininas no espaço rural e pela “invisibilidade de seu trabalho” e, culturalmente, entende-se que as moças apenas ajudam e não trabalham.

A dinâmica do não reconhecimento das moças como trabalhadoras agrícolas impulsiona-as a abandonarem o campo e buscarem uma ocupação no meio urbano, o que provoca a masculinização das áreas rurais (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). A concentração dos rapazes no meio rural dificulta-os a

encontrarem uma parceira para casarem-se e a ameaça do celibato influencia os rapazes, também, a migrarem para as cidades e abandonar a agricultura.

A pesquisa de Camarano e Abramovay (1999) mostra a crescente masculinização da população rural brasileira, fruto do predomínio feminino no processo migratório rural-urbano e conclui que pelo menos duas causas estão associadas à intensidade do êxodo juvenil feminino: a penosidade do trabalho e a expressão da maneira como o poder se distribui no interior da família.

Os dados da pesquisa mostram que, em 1950, havia mais moças que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960, a proporção entre os sexos era praticamente a mesma; nas décadas seguintes, o predomínio populacional dos rapazes foi crescente, chegando, em 1996, a ser superior em 14% ao número de moças. É nítido o aumento do predomínio masculino entre os jovens rurais, no período mais recente, em todas as regiões brasileiras.

Camarano e Abramovay (1999) afirmam que o envelhecimento da população e a masculinização do meio rural e, também, a queda de fecundidade no meio rural contribuem para a diminuição da população rural no Brasil, consequência do intenso esvaziamento no campo, nas últimas décadas, principalmente de jovens em busca de melhores oportunidades de trabalho, com predominância da migração feminina para centros urbanos.

Brumer (2007) destaca que, na agricultura familiar, os papéis masculinos e femininos podem ser vinculados ao duplo caráter da propriedade/produção: ao homem é atribuída esfera da produção - pública, rentável, que possibilita à família manter-se como grupo – e à mulher, a esfera da reprodução – privada, autosuficiente, garantindo aos membros da família as condições que, em curto prazo, mantenham-nos como indivíduos. É preciso verificar, também, em que condições as moças mostram interesse na agricultura, permitindo reverter a tradicional exclusão das mulheres da atividade agrícola.

Os censos demográficos analisados em alguns capítulos do livro de Navarro (2014) revelam números e tendências desconhecidos da maioria. Um deles indica que as mulheres jovens do meio rural têm níveis de escolaridade mais altos, o que permite que tenham mais chances de perceberem as oportunidades fora do meio rural e de serem contratadas em setores de serviços ou outros nas cidades. As jovens mulheres são as primeiras a migrarem, numa decisão generalizada, o que causa impacto na vida social das comunidades rurais.

Portanto as pesquisas mostram a predominância de moças entre os que saem das áreas rurais, levando à relativa masculinização do campo, considerando que as mulheres têm uma posição mais crítica que decorre da desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar, pela invisibilidade de seu trabalho, pelo pouco espaço a elas destinado na atividade agrícola e por investirem mais na educação. As moças estão sempre subordinadas, seja aos pais, seja aos irmãos, o que faz com que a ida para a cidade lhes proporcione maior autonomia e liberdade.

Segundo Ferrari et al. (2004), a masculinização da população rural não pode ser encarada como decorrência “natural” do processo de desenvolvimento e que o papel das moças no interior da família rural não parece diferente daquele vivido pelas gerações anteriores, sem perspectivas além do papel de esposa e mãe.

4.2.3 Fatores que motivam a migração

Conforme descrito por Brumer (2007), os motivos para a emigração rural são que de um lado estão os fatores de atração (atrativos da vida urbana como opções de trabalho remunerado) e de outro lado os fatores de expulsão (dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola). A autora considera

que, apesar do peso dos fatores estruturais, as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração ou de expulsão. Na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, à medida que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação.

Barcellos (2014b) mostra exemplos de motivações para mudança das pessoas do campo para os centros urbanos, como a recente elevação de todos os níveis de escolaridade, a expansão do ensino superior, o aumento do ingresso no mercado de trabalho e a diversificação das ocupações no setor de serviço.

Considera que o deslocamento para as áreas urbanas para muitos jovens tende a ser uma tentativa de adquirir ascensão social, autonomia e acesso à educação, trabalho, lazer e entretenimento, que estão comumente pouco acessíveis ou inexistentes nos espaços rurais.

Ainda, segundo Barcellos (2014b), os jovens que migram não são agentes passivos dos fatores de “expulsão” ou “atração” regidos pelas tendências do mercado capitalista, mas participam ativamente de um processo, que não é exatamente o processo migratório, mas, sim, o de reprodução das suas condições de vida.

O não atendimento das demandas, das necessidades e dos anseios dos jovens rurais configura como o elemento motivador principal das saídas. Como assegura Weisheimer (2005), a falta de oportunidade de trabalho e geração de renda, dada a impossibilidade de reprodução das unidades produtivas, é que levam os jovens a migrar.

Conforme resultados da pesquisa de Camarano e Abramovay (1999), existem diferenças nas motivações dos jovens entre migrar ou permanecer na agricultura e que o desejo de permanecer na profissão agrícola é maior entre os rapazes do que entre as moças.

No trabalho de Castro et al. (2013) foram apresentadas algumas das possíveis razões para que o jovem rural escolha viver nas cidades, indicando os desejos não satisfeitos do jovem rural que o leva a deixar o campo. As razões mais apontadas foram: acesso a terra (primeiro lugar); busca por educação (segundo lugar); falta de serviços sociais (internet, lazer, esportes); falta de renda própria; dificuldades para constituir uma família (pelo maior número de homens que de mulheres no campo); má qualidade dos serviços de saúde e saneamento básico e dificuldades enfrentadas pelos jovens para herdar a terra de seus pais.

A pesquisa de Zago e Bordignon (2012) reafirma que as difíceis condições de trabalho e sobrevivência da agricultura familiar e de sua reprodução, a falta de lazer no meio rural, geram descontentamentos e o desejo de buscar novas alternativas nos centros urbanos, assim como uma melhor qualidade de vida do que aquela em que vivem no campo. Também identifica que a migração dos jovens se deve à busca pelo “moderno” e que o poder televisivo produz na juventude novas aspirações e desejos, o que estende suas referências a modos de viver.

Segundo os autores, o jovem se vê confrontado com diversas realidades, tanto em relação ao meio rural, associadas às condições concretas de trabalho e de identidade na profissão, quanto ao urbano com suas possibilidades de lazer, renda regular, entre outros benefícios que avaliam poder usufruir.

Na análise de Carvalho et al. (2009), conhecendo-se as tendências migratórias, as visões e perspectivas dos jovens quanto à atividade agrícola, surge a necessidade de inverter a questão e procurar pesquisar aspectos positivos que favoreçam a sua permanência. Baseando-se em pesquisas realizadas no Brasil, a autora mostra a visão negativa dos jovens sobre a atividade agrícola e a existência de barreiras concretas à inserção nela dos jovens, tais como a falta de acesso a terra (seja pela exclusão na herança da propriedade familiar, pela posse

de uma área de tamanho insuficiente para sua reprodução ou pela inviabilidade de uma exploração agrícola familiar (calcada em parceria ou arrendamento) e a falta de incentivos para a agricultura.

Os fatores envolvidos na problemática do êxodo e permanência da juventude rural referem-se à situação de invisibilidade, além dos processos de saída com inserção em atividades urbanas; o envelhecimento da população rural; a saída recorrente “das jovens” e a conseqüente masculinização da população do campo; a probabilidade de uma situação de celibato entre os jovens do sexo masculino; os problemas de acesso à educação no campo; a característica urbana das escolas do campo; as demandas por atividades de lazer; demandas por acesso à informação (internet); demandas por acesso à renda; os processos de sucessão; os conflitos familiares e as estratégias de permanência lançadas por uma parcela desses sujeitos (CARVALHO et al., 2009).

Brumer (2007) alerta para a inversão da tendência migratória e a visão dos jovens sobre a atividade agrícola e sugere examinar as condições que favorecem sua permanência. Para ela, a rejeição à atividade agrícola não significa necessariamente rejeição à vida no meio rural.

As diversas pesquisas no Brasil e em outros países destacam a saída dos jovens para as cidades e apontam os fatores que complexificam a compreensão desse fenômeno de deslocamento. Há certo consenso nas pesquisas quanto às dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente, quanto ao acesso à escola e trabalho e quanto à atração do jovem pelo estilo de vida urbano.

Entre ficar e partir atuam muitas variáveis e não são alternativas sem volta, são apenas possibilidades reatualizadas a cada ponto da trajetória destes jovens rurais, principalmente das mulheres jovens, que formam o principal estrato social que empreende um êxodo rural seletivo e que pode comprometer a reprodução social do campo e da agricultura familiar.

4.3 Sucessão Familiar

A sucessão geracional na agricultura familiar é de grande importância não apenas para os membros da família diretamente envolvidos, mas também para a reprodução dessas unidades de produção ao longo do tempo, o tecido social e a aparência das áreas rurais, assim como a estrutura do setor agrícola (BRUMER, 2007, p. 8).

Com base em resultados de várias pesquisas analisadas neste trabalho, apresentam-se algumas reflexões em torno dos dilemas e conflitos vivenciados pelos jovens nas questões que afetam o processo sucessório na agricultura familiar.

O processo sucessório é comumente reconhecido como a transferência de poder e de patrimônio entre as gerações que se sucedem no âmbito da produção agrícola familiar, a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

O tema da sucessão na agricultura familiar vem emergindo como uma das principais preocupações e, segundo Stropasolas (2015), estamos diante de uma instigante e complexa problemática social: se a juventude, por um lado, passa a ser o público estratégico para o desenvolvimento rural, por outro os jovens vêm recusando assumir a profissão de agricultor, migrando para as cidades e comprometendo a continuidade e o papel que os empreendimentos familiares possuem no desenvolvimento econômico e social dos pequenos municípios.

Até o final dos anos 60, predominava o padrão reprodutivo das unidades familiares fundamentado no minorato (último genitura) em que a família se organizava para garantir a fusão entre os objetivos da unidade produtiva e as aspirações subjetivas de seus membros (MELLO et al., 2003).

O atual processo sucessório deixa claro que acaba a naturalidade que existia entre o destino da unidade de produção e o destino dos membros da família. A demora na definição do sucessor e a ampliação do horizonte profissional dos jovens implicam o atraso da discussão de questões fundamentais para a unidade de produção, como a preparação profissional do herdeiro, a passagem gradativa do poder paterno, a definição dos novos investimentos na propriedade e as formas de remuneração dos irmãos não sucessores (MELLO et al., 2003).

Levando em conta pesquisas sobre sucessão agrícola em outros países, comentadas por Brumer (2007), é importante ressaltar que a sucessão na propriedade rural dos pais se relaciona também com a sua localização (inserção no mercado, distribuição) e ao tamanho do estabelecimento (possibilidade de comportar investimentos e assegurar o retorno esperado). Em alguns países, a sucessão se dá, geralmente, ainda com os pais em vida e no Brasil ela se dá, usualmente, por um processo de herança.

Segundo Mello et al. (2003), as questões relacionadas à sucessão não parecem objeto de uma preparação prévia e organizada por parte da maioria das famílias, tanto no que diz respeito à definição sobre quem fica no estabelecimento paterno, quanto à forma de remunerar os irmãos não sucessores, bem como do viés de gênero que parece excluir as filhas da possibilidade de serem sucessoras.

De acordo com as pesquisas de Mello et al. (2003), os padrões sucessórios dominantes na agricultura familiar são hoje uma ameaça ao seu próprio desenvolvimento e à integridade do tecido social do meio rural. Até 20 ou 30 anos atrás, os jovens do meio rural seguiam as regras que formaram os destinos de seus pais e permaneciam no campo, seja na propriedade paterna, seja em busca de mais terra na fronteira agrícola. Nesse ambiente, é no papel de mãe e esposa de agricultor que se construía o futuro da maioria das moças.

Castro e Aquino (2008) descrevem que a reprodução social da agricultura familiar fica em risco, pois os projetos profissionais dos jovens apontam para a ruptura com a agricultura, sendo a existência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo.

As pesquisas confirmam a existência de um ‘viés masculino’ nos processos sucessórios em que as mulheres são excluídas da herança da terra e que o funcionamento da agricultura familiar se apresenta como um dos principais fatores de expulsão das mulheres do meio rural (ABRAMOVAY et al., 1998).

Conforme relatado por Navarro (2014), a sucessão no meio rural é talvez um dos problemas mais graves da agricultura brasileira e que afeta todos os tipos de produtores, independente do tamanho do estabelecimento rural. Hoje os filhos dos agricultores saem para estudar ou trabalhar nas cidades e não voltam para o campo e, como consequência, temos um meio rural envelhecido. Do ponto de vista agrícola, é muito difícil imaginar que alguém vá voltar e, assim, vamos ter uma situação de esvaziamento do campo que se dá especialmente em função de sua precariedade. Por isso o autor sugere estabelecer um debate muito profundo e criar uma política de desenvolvimento rural, com oportunidades, especialmente, para os mais jovens.

Em sua pesquisa, Mendonça et al. (2013) fazem referência sobre a dinâmica da sucessão e que o desinteresse dos jovens limitava a perspectiva de reprodução das unidades familiares, com a redução no tamanho das famílias rurais provocada pela queda da taxa de fecundidade total. O decréscimo no número de filhos diminuiu o número de herdeiros potenciais, ao mesmo tempo em que ocorria elevação da escolaridade e da migração de jovens rurais, mais intensa para as mulheres.

Costa e Ralisch (2013) ressaltam a pesquisa de Silvestro et al. (2001), que demonstra a importância da educação como forma de se conseguir uma profissão menos desgastante e melhor remunerada do que a de agricultor, como principal objetivo dos jovens, mas também dos seus pais, sendo a formação vista como uma alternativa para saírem do campo.

Segundo Stropasolas (2015), os agricultores vivem um paradoxo nas suas escolhas, encontrando-se divididos entre o desejo de ver seus filhos colocados na agricultura e no meio rural, seguindo a tradição de seus antepassados e a necessidade de buscar alternativas melhores na cidade diante da dura realidade da falta de oportunidades e de autonomia financeira verificada na atual geração de jovens nas suas comunidades de origem. Esta não deixa de ser uma das razões que explica as (in) definições e os protelamentos verificados no que se costuma definir nos estudos como processo sucessório na agricultura familiar. Para o autor, são diferenciadas as estratégias e as escolhas dependendo da condição econômica da família e que é dado um estímulo principalmente aos filhos homens, pois na escolha do sucessor a preferência recai sobre o filho homem e as filhas parecem não reivindicar esse lugar. Sem perspectiva de permanecer na agricultura como proprietária, a moça vê na migração não apenas uma questão de escolha entre sair e ficar, mas, muitas vezes, a melhor possibilidade entre os arranjos possíveis.

A terra é o principal patrimônio dos agricultores e seu acesso ou obtenção (por herança, aquisição, concessão, aluguel, ou uso) é central para a agricultura familiar, pois da terra depende a produção rural para o autoconsumo e ainda para a venda de excedentes em mercados locais. Fatores que de algum modo impeçam ou dificultem o acesso a terra impulsionam a migração para outras localidades, em geral, para as cidades. Por outro lado, processos que facilitem o acesso a terra – por meio de políticas públicas – impulsionariam a permanência na terra (LIMA, 2013).

Na análise de Carvalho et al. (2009), com as dificuldades que os jovens encontram no acesso a terra, há um desestímulo para a continuidade da vida no campo, pois existe uma ansiedade em busca da independência financeira pelo trabalho remunerado o que, na maioria dos casos, não acontece quando ele trabalha na propriedade com seus pais.

Abramovay (2005) entende que uma das funções da família seria a “produção de terra” e, com as sucessivas divisões da terra, chega-se a um limite de viabilidade que pode comprometer a partilha igualitária da terra, pois a área destinada aos herdeiros não é capaz de garantir a subsistência de todos.

Castro e Aquino (2008) colocam que a busca de empregos remunerados pelos jovens do meio rural tem sido a resposta a situações de exclusão da herança da terra, quando não é mais possível a subdivisão da propriedade.

Segundo Brumer, Pandolfo e Coradini (2008), as perspectivas da permanência dos filhos na atividade agrícola são dependentes da viabilidade econômica da propriedade, da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo; das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas não agrícolas; das relações que se estabelecem entre pais e filhos no interior das famílias; das relações de gênero; da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões e da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade.

Pela análise das falas dos pais na pesquisa de Spanevello et al. (2011), os autores concluem que a recusa dos filhos em assumir o papel de sucessores passa por diferentes fatores internos e externos às propriedades que são um reflexo da proximidade rural-urbano, da presença dos filhos de agricultores familiares nas escolas urbanas e circulação nos espaços de lazer. Estes fatores são: dificuldades do trabalho no rural, busca de lazer, contato com o urbano, redução do número de filhos por família, falta de abertura dos pais dentro da

propriedade para o filho exercer uma atividade autônoma ou independente, busca da autonomia financeira, entre outros.

A pesquisa desenvolvida por Spanevello et al. (2011) aponta que a crescente saída dos jovens do meio rural é cada vez mais evidente, podendo implicar ausência de sucessores nas propriedades rurais. Para os autores, as consequências no longo prazo estão atreladas à perspectiva de encaminhamento das propriedades para membros externos à família, à própria diminuição da população rural, à fragilização das estruturas comunitárias, à possibilidade da produção agrícola ser reduzida e à produção de alimentos prejudicada pela falta da diversificação característica da agricultura familiar.

Alguns autores como Abramovay (2003 apud PINA, 2010), Carneiro (1998) e Castro (2005a), mostram que a sucessão hereditária na agricultura familiar é parte importante da formação da família, na força de trabalho e na reprodução das atividades agrícolas. Com a diluição das fronteiras entre o urbano e o rural, as cidades e suas facilidades passam a ser atrativos para jovens que dedicam a maior parte do dia nos afazeres agrícolas, além disso, a não identificação com a profissão e o modo de vida dos pais fazem com que a dúvida “ficar ou sair” seja hoje uma problemática na agricultura familiar.

Segundo Pina (2010), os jovens rurais se encontram distantes de políticas agrárias que incentivem a permanência no campo, em contrapartida recebem incentivos públicos para se inserirem em outras profissões, como, por exemplo, cursos de capacitação em atividades industriais urbanas. Por isso, sugere uma política de ensino escolar voltada às atividades rurais, com práticas sustentáveis, para que os jovens vislumbrem uma valorização do meio rural em que vivem.

De acordo com Abramovay et al. (2001), a formação de novas gerações de agricultores (neste caso os jovens rurais) envolve alguns processos: a) a sucessão profissional que é a passagem da gerência do negócio, do poder e da

capacidade de utilização do patrimônio para a próxima geração; b) a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; c) a aposentadoria, quando cessa o trabalho e o poder da atual geração sobre os ativos de que se compõe a unidade produtiva.

Os autores Silva e Jesus (2010) apresentam a dinâmica do espaço rural na atualidade, com o fenômeno do Novo Rural, na primeira metade dos anos 90, dando um suporte à sustentabilidade das atividades não agrícolas decorrentes das novas demandas da urbanização do meio rural e como dinâmica do emprego rural do país. Para os autores, um dos problemas da reprodução da agricultura familiar diz respeito aos futuros agricultores, quem serão e em que condições e espera-se que surja, nesse cenário, a participação dos jovens como atores do desenvolvimento, com a perspectiva de tornarem-se os futuros agricultores que darão continuidade às tradições camponesas dentro da lógica nas novas demandas de mercado.

O enfoque atual sobre os processos migratórios “sugere que os indivíduos migrariam em busca de trabalho, melhores oportunidades e salários, realizando um cálculo racional-econômico para a escolha do destino”. Abramovay (2005) justifica este fato por ser a juventude um grupo etário que tem como características típicas a alta tendência de mobilidade e o desejo de viver novas aventuras. No cenário rural, tem-se percebido um desinteresse por parte dos jovens rurais em dar continuidade à profissão de seus pais, o que pode estar relacionado com a situação de abandono em que tem passado a agricultura familiar nos últimos anos e pela ausência de políticas públicas para o setor.

De acordo com Mello et al. (2003), a reorganização da produção familiar, para sua inserção nas novas oportunidades de mercado, certamente ficará facilitada se houver melhoria na educação formal da nova geração de agricultores. Para Weisheimer (2005), a preparação do filho como um agricultor independente tem uma função pedagógica e Carvalho et al. (2009) questionam

se o jovem candidato a sucessor é capaz de gerir a unidade produtiva por conta própria.

Conforme descrito por Kummer e Colognese (2013), percebem-se quatro abordagens acerca da participação dos jovens nos processos de reprodução social das famílias agrícolas. A primeira delas diz respeito à reprodução geracional, na unidade de produção familiar agrícola, incorporando análises da oportunidade de trabalho no espaço familiar e fora dele, o acesso à educação, a perspectiva matrimonial, as questões de herança, o envolvimento na unidade produtiva e a estrutura da unidade produtiva. A segunda refere-se aos projetos individuais expostos pelos jovens rurais e que estabelecem uma discussão entre os interesses do jovem e do grupo familiar. A terceira dá conta dos processos envolvidos na busca dos jovens filhos de agricultores por acesso à cidadania, relativizando a noção de que o fenômeno migratório se relacione apenas a uma questão “monetarizada”, de acesso à renda. Por fim, a quarta abordagem trata das questões acerca da pluriatividade⁵ como mecanismo de reprodução social da agricultura familiar.

Segundo Oliveira (2012), a sucessão é assunto complexo do qual depende a continuidade dos empreendimentos rurais e, por isso, deve fazer parte do rol de preocupações dos agricultores, apesar de ser assunto pouco discutido entre os membros da família. Com base em resultados obtidos em sua pesquisa de investigar o preparo do processo sucessório nas propriedades rurais do sul e sudoeste do Estado de Minas Gerais, em especial naquelas produtoras de café, o autor conclui que as circunstâncias e motivações individuais, o preparo na gestão

⁵ Na análise da pluriatividade, a agricultura se torna responsável pela promoção das demais funções além da produção, que se traduzem em atividades não agrícolas, como agroindústria familiar, agroturismo e comercialização direta, ocupações que se originam na agropecuária e na paisagem agrícola e que são estreitamente relacionadas com estas.

e a boa comunicação entre os membros da família são os fatores mais importantes para o transcorrer do processo sucessório.

A ideia da sucessão gera a preocupação de construção de alternativas melhores para o futuro frente à difícil realidade da produção familiar rural. As difíceis condições econômicas e o próprio sistema educacional contribuem para uma inserção precoce dos “jovens” em atividades externas, rurais ou urbanas e, neste sentido, permanecer no campo, diminuindo o chamado “êxodo rural” dos jovens demanda ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira (CASTRO, 2005a).

A sucessão constitui um processo, não um evento e, como tal, possui etapas que envolvem a preparação de todos os agentes relacionados à propriedade/empresa. A sucessão nas propriedades rurais é ainda objeto de poucos estudos, em que há particularidades que caracterizam a atividade rural e que trazem implicações à sua continuidade (OLIVEIRA, 2012).

É recorrente, nas pesquisas analisadas sobre o tema, a “cobrança” da permanência e continuidade dos “jovens” no campo como valorização e possível reversão do quadro de esvaziamento do meio rural, percebendo no “jovem” o ator heroico da transformação social. Foi possível observar como as relações da conquista e permanência na terra estão intrinsecamente ligadas às condições de sua reprodução como unidade familiar e, mais amplamente, na própria reprodução da produção familiar. Esta inversão está presente na aparente contradição do discurso dos pais que defendem a “saída” dos filhos em busca de uma vida melhor, mas também lamentam a saída dos jovens. Ela se aproxima das “queixas” dos “jovens” por melhores condições de vida e da própria produção agropecuária.

Mas o fato é que hoje os filhos não almejam unicamente a mesma ocupação dos pais e surgem as incertezas quanto à sucessão em razão da impossibilidade da repartição das áreas paternas (para evitar a perda da

viabilidade econômica) e pela vontade dos filhos em sair do meio rural em decorrência da desvalorização da agricultura.

A demora na definição dos sucessores e a ampliação do horizonte profissional dos jovens implicam atraso na discussão de questões fundamentais para a unidade de produção, o que afeta os projetos de vida individuais e a trajetória profissional da juventude. Por outro lado, é importante destacar que os estudos mostram que é a profissão de agricultor, entre todas, que apresenta o maior número de filhos seguindo as atividades dos pais (STROPASOLAS, 2015).

Existem tendências demográficas que são muito preocupantes, como o número de filhos por famílias caindo no meio rural brasileiro, o que contribui para o esvaziamento das regiões rurais. Também o envelhecimento relativo da população rural é acentuado pela queda no número de jovens no campo, pela migração de retorno ao campo de aposentados urbanos e pelo aumento da expectativa de vida dos pais. Assim, acentuaram-se a masculinização e o envelhecimento, reduzindo a oportunidade de renovação da agricultura familiar.

4.4 Políticas Públicas

Uma verdadeira política de desenvolvimento rural deve associar a atribuição de ativos aos jovens - dos quais o mais importante é uma educação de qualidade - com o estímulo a um ambiente que estimule a formulação de projetos inovadores que façam do meio rural, para eles, não uma fatalidade, mas uma opção de vida. Seria interessante, no caso daqueles que pretendem estabelecer-se como agricultores, que sua implantação fosse acompanhada e mesmo condicionada à elaboração de um projeto técnico consistente, cujas chances de afirmação em mercados dinâmicos fossem altas. Mais importante do que o aprendizado de técnicas agronômicas, neste caso, são os conhecimentos de gestão, contabilidade e funcionamento de mercados (ABRAMOVAY, 2005, p. 1-2).

4.4.1 Marco conceitual

Política Pública apresenta-se sob a forma de um programa de ação governamental que busca solucionar um macro problema ou necessidade, desenvolver uma região, uma atividade econômica, vinculada a um grupo social ou a toda a sociedade. Não é só o estado que faz política pública, as demandas da sociedade civil podem e devem se transformar em decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos.

Lima (2013) apresenta a classificação das Políticas Públicas de Juventude (PPJs) em três dimensões: a) universais que respondem a demandas de distribuição de recursos de todos os cidadãos, incluindo os jovens; b) atrativas ou preferenciais dirigidas a públicos definidos; c) políticas exclusivas dirigidas apenas para jovens.

4.4.2 Participação Política

As organizações não governamentais, associações e institutos que lidam com juventude rural remontam à década de 1960 com diversas atividades desenvolvidas com os jovens, mas não há a especificação do público-alvo com termos que identifiquem juventude rural e a não valorização ou singularização dessa categoria social contribui para a sua invisibilidade. A partir da década de 90 é que a ação com juventude rural aparece em número maior nos programas governamentais com uma concentração da atuação em projetos no campo da Educação, seguida por programas que têm como preocupação central o tema do meio ambiente e agroecologia.

Segundo Castro et al. (2009b), no período de 2000 a 2007, houve um intenso processo organizativo dos jovens nos movimentos sindicais e outros, resultado de mobilizações e espaços específicos de discussão que vêm

ocorrendo, nos últimos anos, em que a presença cada vez mais massiva de eventos e organizações de juventude aponta para um fenômeno em movimento. Essas formas de organização apresentam demandas dos jovens com questões específicas, como acesso à educação e a terra e, também, constroem essas demandas no contexto de transformações sociais da própria realidade do campo e da sociedade brasileira.

Os principais movimentos sociais (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) vêm discutindo e propondo formas de organizar a juventude e de enfrentar questões centrais que envolvem ser jovem no campo brasileiro hoje (CASTRO, 2007).

Weisheimer (2005) destaca que demandas da juventude passaram a ser reconhecidas como importantes e legítimas e a ser incorporadas pelo Estado e movimentos sociais e que, ainda, nos anos 1990, passaram a integrar as pautas de reivindicações e as agendas políticas dos movimentos sociais. Estruturas internas específicas foram criadas e o protagonismo desse segmento passou a ser estimulado.

Para Castro e Aquino (2008), as reivindicações de políticas públicas básicas dos movimentos sociais são pela extensão e melhoria da educação, com a efetiva implantação de uma escola de qualidade, estímulo à prática de esportes e acesso à cultura. Além da abertura de escolas no campo, com bibliotecas, computadores e áreas para a prática de esportes, reivindicam um plano de ensino que respeite a diversidade cultural das regiões rurais.

A dimensão da participação política dos jovens rurais não tem sido um tema recorrente nos estudos comparando-se à questão da reprodução social e migração. Apesar de o tema não ser valorizado na produção sobre juventude rural, pode ser encontrado em estudos sobre jovens em assentamentos rurais de reforma agrária.

A participação da juventude rural, ainda, é pouco significativa e torna-se cada vez mais premente a necessidade dos jovens aumentarem sua participação nas organizações da agricultura familiar (sindicatos, associações, cooperativas, dentre outros).

A participação dos jovens em movimentos sociais e, principalmente, em organizações de juventude aponta para um processo de consolidação deste ator político e a juventude vem conquistando espaços de negociação junto a gestores de políticas públicas e no âmbito dos próprios movimentos sociais. Barcellos (2014b) considera, ainda, baixo o reconhecimento da juventude como ator político e sujeito de direitos no interior das organizações e movimentos sociais.

Ser jovem nos movimentos sociais, também, carrega limitações quanto a espaço de participação, quanto à possibilidade de ser ouvido e à dificuldade de poder se colocar em um espaço de decisão.

Thompson et al. (2005) sugerem que se reconheça a importância dos jovens como protagonistas do desenvolvimento local e que não devem ser considerados apenas como beneficiários das políticas e dos programas, mas que devem assumir cada vez mais a responsabilidade pelo seu próprio presente e futuro. Para os autores, as políticas públicas para a juventude devem ser implementadas, com base nesse modelo participativo, buscando parcerias bem organizadas que podem transformar os jovens em agentes primordiais desse processo com capacidade para organizar, intervir e atuar em diversos níveis.

4.4.3 Políticas Públicas X Juventude Rural

De acordo com levantamento realizado por Castro (2007), o período de 2000 a 2007 é, também, um marco no Brasil em termos de quantidade de ações governamentais federais e não governamentais que tiveram como público alvo

os jovens rurais, mesmo considerando que o número efetivo de ações é bastante reduzido.

Nas últimas duas décadas, ocorreu a constituição de diversos espaços de discussão de ações políticas direcionadas para a juventude rural, como o Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e, a partir de 2011, o Grupo de Trabalho em Juventude Rural (GTJR) da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) criada em 2005 (BARCELLOS, 2014a).

Barcellos (2014b) assevera que os projetos e as ações direcionados ao jovem ganharam maior visibilidade e expressão nos anos 1990. Mas foi no final do primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) que surgiram as primeiras políticas federais direcionadas à juventude.

A pesquisa de Castro et al. (2013) mostra que, quando o jovem consegue a sua terra, a dificuldade que aparece em seguida é tirar renda com esta terra. Para auxiliar o Governo, há algumas políticas de apoio à produção, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER).

Existem algumas várias linhas do *PRONAF* que podem ser utilizadas pelos jovens rurais. O Pronaf Jovem, em que o jovem rural trabalha em parte da terra da família e, ainda, mora com ela. As outras linhas (que não são só para jovens) podem também ser usadas por eles, desde que cumpram os critérios de elegibilidade (CASTRO et al., 2013).

Os trabalhos de assistência técnica e extensão rural (ATER) foram criticados na pesquisa de Castro et al. (2013) como menos organizados e fracos e que têm muito a melhorar, aumentando o número de famílias atendidas e melhorando a qualidade da assistência às famílias. O serviço de ATER passa pela dificuldade da falta de técnicos em quantidade e com capacitação adequada para atender ao público jovem.

Quanto à experiência dos jovens rurais com a ATER, os relatos da pesquisa são da pouca qualidade e quantidade de orientações de assistência técnica recebida para melhorar a sua produção/criação. Questiona-se sobre o tipo de ATER que desejamos para o jovem rural e que atenda às necessidades deste ator, com base em seus conhecimentos, suas origens, sua experiência, para que possa desenvolver o seu projeto produtivo e de vida.

Uma crítica dos autores Castro e Aquino (2008) é que, para manter a juventude no campo, não é necessário apenas que ela esteja satisfeita e motivada, mas, sim, valorizar e financiar a agricultura de tempo parcial, incentivar a participação dos jovens nas associações e cooperativas da agricultura familiar, abrir espaços para a participação dos jovens nas decisões sobre o trabalho e gestão dos estabelecimentos agrícolas.

Para Castro e Aquino (2008), fica claro que os programas federais direcionados para jovens rurais (Programa Nossa Primeira Terra, Pronaf Jovem, Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Campo e outros) são insuficientes para produzir modificações significativas, beneficiam uma parcela mínima de jovens rurais e de segmento limitado. Também dependem de transformações e ganhos que só podem ser sustentavelmente obtidos pela interação de todo o conjunto de políticas públicas e avanços nos padrões culturais da sociedade.

Castro (2009) propõe reflexões que possam contribuir para se pensar caminhos rumo à elaboração de políticas públicas direcionadas à juventude, em especial à juventude rural, que enfrenta as desigualdades sociais, econômicas e políticas da realidade do campo brasileiro.

Pensar juventude rural implica observar como a categoria está configurada no contexto da realidade do mundo rural brasileiro, sendo este corte central quando pensamos em políticas públicas. A autora propõe uma primeira

contribuição para pensar políticas públicas para "esta" juventude que seria observar as demandas da própria juventude rural organizada.

Para implementar e executar políticas públicas viáveis e negociadas com a juventude rural, necessita-se de diretrizes políticas e, inclusive, os próprios jovens, comprometidos com o diálogo, as pautas e as experiências que os jovens rurais estão construindo, cabendo a eles se organizarem para tentar participar, monitorar e propor indicadores sociais as políticas públicas que abrangem a juventude rural (BARCELLOS, 2014a).

Para a maioria dos autores pesquisados, juventude rural não se apresenta como foco prioritário para as políticas públicas e pode-se afirmar que um entendimento possível para essa invisibilidade é o fato de ser percebida como “população minoritária”. Também é possível afirmar que esse processo é parte da reprodução da hierarquia campo/cidade, que gera representações sociais sobre o campo e que fazem parte dos processos de reprodução das desigualdades sociais no campo.

As políticas públicas de juventude deveriam ser elaboradas com a participação legítima do jovem como ator social, considerando suas demandas específicas, a diversidade e especificidades de ser jovem no meio rural brasileiro.

4.5 O trabalho da Extensão Rural com a Juventude

A juventude rural confronta o trabalhador de extensão com vários problemas específicos. O agente deve primeiro procurar compreender estes problemas e como eles afetam as possibilidades de evolução pessoal dos jovens, antes de avançar para quaisquer atividades de extensão viradas para a juventude (OAKLEY; GARFORTH, 1992, p. 156-157).

4.5.1 O início do trabalho: Clubes de Juventude Rural

A extensão rural usou por muito tempo os clubes de Juventude Rural, um agrupamento de jovens rurais, como um meio para incorporar os jovens no desenvolvimento rural, propor projetos em seu benefício e manter a extensão em contato mais estreito com a juventude rural. Os mais difundidos foram os clubes 4-H (Hand, Health, Head and Heart - mãos, saúde, cabeça e coração) que começaram nos Estados Unidos; os clubes 4-K no Quênia e os clubes 4-S no Panamá e no Brasil (OAKLEY; GARFORTH, 1992).

Na década de 50, o Clube de Trabalho 4-S foi o instrumento extensionista que objetivava o trabalho com a juventude rural, agrupando jovens rurais de ambos os sexos, os quais anualmente escolhiam uma diretoria e onde os jovens encontravam "oportunidades para desenvolverem suas personalidades". Os clubes tinham três finalidades: educativa (formal e informal – socialização e capacitações); econômica (projetos específicos de explorações agropecuárias e economia doméstica) e recreativa/social (esportes, passeios, bailes, festas – lazer) (OAKLEY; GARFORTH, 1992).

Em Minas Gerais, a Associação de Crédito Rural (ACAR) incentivou o trabalho com grupos de produtores e, também, com a juventude rural, sob a forma dos Clubes 4-S como estratégia para acelerar o acesso aos conhecimentos técnicos e à obtenção dos resultados desejados. Baseado nos padrões dos 4-H americanos e adaptado às condições locais, o Clube 4-S foi um dos marcos da ACAR. A sigla 4-S significa *Saber, Sentir, Servir e Saúde* e os sócios, jovens de 14 a 25 anos de idade, desenvolviam projetos individuais, voltados para culturas agrícolas, criação animal e economia doméstica nas propriedades rurais de seus pais, com assistência técnica dos supervisores da ACAR. O primeiro Clube 4-S de Minas e do Brasil foi o Clube 4-S São José, fundado em 1952 na comunidade Igrejinha, município de Rio Pomba (EMATER-MG, 2006).

Os Clubes 4-S eram verdadeiros clubes de cidadania e as reuniões mensais eram coordenadas por uma diretoria e contavam com os compromissos à Bandeira do Brasil⁶ e Bandeira de 4-S⁷ além do Hino da Juventude Rural.

Silva (2001) apresenta, em seu trabalho de análise dos Discursos sobre a juventude rural participante de Clubes 4-S (1959-1977), que os Clubes 4-S constituíram-se como "trabalho educativo, realizado em grupos mistos, que davam aos jovens a oportunidade de aprender fazendo, pelos projetos individuais e de atividades em conjunto". Segundo o autor, a principal finalidade em direcionar ações extensionistas para a juventude rural, por meio dos Clubes 4-S, não se constituiu simplesmente em evitar o êxodo: o discurso da Extensão Rural fundamentou-se de forma muito clara na constituição de um novo sujeito que deveria estar atento para as novas técnicas e tecnologias de produção destinadas ao campo e ao Estado, por serviços de extensão rural, procurou incentivar a formação de novos sujeitos para o campo brasileiro, em plena época de modernização.

A força que essa forma de organização teve em alguns municípios mostra que os jovens e as entidades procuraram se organizar para levar adiante seus projetos. Muitos quatroessistas eram formadores de opinião em suas comunidades e, por isto, temos exemplos de liderança política e técnica em nível nacional e estadual que são fruto deste trabalho dos Clubes 4-S.

⁶ “Bandeira do Brasil, eu te prometo trabalhar com meus companheiros pelo desenvolvimento rural e por uma Pátria mais adiantada.”

⁷ “Bandeira de 4-S, eu te prometo a inteligência para melhor Saber, o coração para melhor Sentir e a Saúde para melhor Servir ao meu Deus, à minha pátria, à minha família, à minha comunidade e ao meu Clube 4-S.”

4.5.2 O trabalho na atualidade: Projeto Transformar

A Emater-MG, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, é um dos principais instrumentos do governo estadual para a ação operacional e de planejamento no setor agrícola do Estado, especialmente para desenvolver ações de extensão rural com os agricultores familiares, dentro de sua missão de promover o desenvolvimento sustentável, assegurando melhores condições de vida no campo (EMATER-MG, 2008).

Completando 67 anos de atividades, a Emater-MG trabalha com programas específicos de juventude rural desde sua criação como ACAR, em 1948, com o projeto dos Clubes 4-S, até os meados dos anos 80 e, no ano de 2006, com o Projeto TRANSFORMAR de capacitação de jovens rurais, um dos Programas Estruturadores da empresa (EMATER-MG, 2007).

O Projeto Transformar se justifica por ser a missão da Emater-MG investir em uma proposta de atuação junto aos jovens rurais e de promoção do desenvolvimento rural sustentável, considerando a juventude rural de relevante para a continuidade da reprodução do espaço rural e da sucessão da agricultura familiar (EMATER-MG, 2007).

Com o lema *Uma Nova Minas com a Juventude Rural* e objetivo de promover a formação crítica, cidadã e profissional de jovens rurais, habilitando-os para a implementação de projetos produtivos com geração de ocupação e renda, valorizando a cultura local, sem comprometimento dos recursos naturais, o Projeto Transformar capacitou filhos e filhas de agricultores familiares, na faixa etária de 16 a 29 anos, no período de 2006 a 2013 (EMATER-MG, 2010).

O Projeto Transformar é um processo de educação não formal, utilizando o método pedagógico da alternância, ou seja, trabalha períodos alternados entre construção de conhecimento em aulas teóricas e reflexivas e a

vivência de atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, no espaço rural, bem como o exercício da participação e gestão social em espaços de tomada de decisão de políticas para o desenvolvimento rural sustentável, dentro da Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável – MEXPAR⁸ (EMATER-MG, 2010).

Tendo como eixos norteadores a qualificação profissional, organização social, educação do campo, crédito rural, atividades produtivas, meio - ambiente e articulação institucional, a operacionalização do Transformar foi constituída de duas etapas, na relação entre teoria e prática. No período de 2006 a 2011, funcionou com carga horária de 100 horas, sendo 32 horas na Etapa Presencial com temas de habilidades básicas e 68 horas na Etapa Complementar, em que os jovens definiam projetos nos quais atuam em suas comunidades/propriedades, com o acompanhamento dos extensionistas locais. A partir de 2012, ocorreu uma diminuição na carga horária que passou para 40 horas, com 24 horas presenciais e 16 horas de prática. Todos os participantes receberam certificado de participação do Projeto Transformar.

As linhas temáticas trabalhadas com os jovens são as habilidades básicas: Políticas públicas de juventude; contextualização da temática juventude rural; desenvolvimento rural sustentável; juventude rural e agricultura familiar - jovem agricultor; participação dos jovens no processo de desenvolvimento local; princípios da Agroecologia; educação ambiental; protagonismo e empreendedorismo juvenil; atividades produtivas, inerentes à vocação e potencialidade da região/localidade; temáticas relativas à saúde, alimentação (Segurança alimentar e nutricional) e qualidade de vida da juventude; formas organizativas (gestão social/associativismo); mercado e comercialização. As habilidades específicas trabalhadas foram culturas anuais e perenes,

⁸ MEXPAR: processo metodológico fundamentado nos princípios da participação, dialogicidade, troca de saberes, planejamento participativo e gestão social.

bovinocultura, pequenos animais, agroindústria e artesanato (EMATER-MG, 2007).

Os resultados esperados do projeto foram: jovens inseridos em atividades produtivas e geradoras de renda; jovens capacitados para gerenciar e conduzir suas atividades produtivas; jovens rurais discutindo e compreendendo as políticas públicas que lhes são de direito; jovens habilitados e com acesso à linha de crédito PRONAF Jovem; jovens inseridos no processo de construção de um modelo de desenvolvimento que seja inclusivo, promova a igualdade social, a democracia e garanta a sustentabilidade.

Desde que foi implantado em 2006, o projeto capacitou mais de 8 mil jovens no Estado e no Sul de Minas, atendeu mais de mil e quinhentos jovens rurais, em, aproximadamente, 150 municípios. As capacitações realizadas no Sul de Minas aconteceram em vários locais, aliando teoria e prática e priorizando sempre as infraestruturas e professores do Instituto Federal Sul de Minas - Campus Inconfidentes, Machado e Muzambinho e Universidade Federal de Lavras.

Em 2009, o Instituto Federal, Campus Inconfidentes, em parceria com a Emater-MG/Projeto Transformar, iniciou a Semana do Jovem Agricultor - SEJA com minicursos voltados para jovens agricultores nas diversas áreas da agricultura, priorizando temas como cafeicultura, bovinocultura, olericultura, agroindústria, artesanato, meio - ambiente e informática, também, com o objetivo de criar um espaço democrático de geração de conhecimento buscando maior interação entre os técnicos e jovens agricultores. Em 2013, a sustentabilidade representou o foco da V Semana do Jovem Agricultor em todos os minicursos e, durante o evento, foram usadas apenas canecas personalizadas, descartando, assim, o uso de copos plásticos; blocos reciclados e canetas certificadas e coleta seletiva no local do evento (INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS - IFSULDEMINAS, 2013).

Em todos os anos o projeto contou com a realização de uma semana de cursos voltados para jovens agricultores, numa orientação metodológica participativa e num processo de valorização do saber prévio do jovem rural. Também buscou criar um espaço democrático de geração de conhecimento com maior interação entre os técnicos e jovens agricultores.

5 METODOLOGIA

Analisar um projeto de juventude rural significa identificar como se encontram os jovens rurais beneficiados, pela comparação com não beneficiários, verificando qual a influência do projeto no interesse do jovem em permanecer no meio rural ou em migrar para outro local ou para outra atividade.

Com a análise dos trabalhos que serviram de referência busca-se caracterizar o jovem rural e verificar a situação mapeada nesta pesquisa com jovens rurais, filhos (as) de agricultores familiares, dependente/subordinado do pai e aquele que, ainda, não é proprietário de terra, na faixa etária de 16 a 29 anos, de ambos os sexos, com objetivo de conhecer melhor a realidade da juventude rural do Sul de Minas e aprofundar um pouco mais em questões fundamentais para a continuidade dos jovens no campo.

Buscando conhecer melhor o campo de trabalho e estudo sobre juventude rural no Brasil, classifica-se a pesquisa como descritiva, uma vez que procura descrever, por meio de análises da realidade e literatura existente, quais as principais características da juventude rural da região do Sul de Minas. Segundo Gil (2008, p. 28), a pesquisa descritiva tem como “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

5.1 Universo pesquisado: Sul de Minas

Como um dos objetivos específicos a caracterização dos jovens rurais do Sul de Minas, buscou-se compreender a realidade desta região, uma das 07 Macrorregiões no Estado definidas para o trabalho da Emater-MG, conforme Figura 1.

Embora a população esteja voltada às cidades, o principal setor econômico é o agropecuário, com prevalência de 80% de estabelecimentos da agricultura familiar, correspondendo a 36% da área. Segundo o Plano Safra da Emater-MG, as atividades produtivas no Sul de Minas são café, pecuária de leite, cana-de-açúcar, milho, feijão e hortifrutigranjeiros, com destaque para o morango e batata na microrregião de Pouso Alegre.

A maior parte do parque cafeeiro de Minas Gerais encontra-se na região Sul do Estado, com área de mais de 500 milhões de hectares em produção, metade da área do Estado. O café do sul mineiro tem seu cultivo baseado nas pequenas, médias e grandes propriedades que trabalham a serviço de cooperativas (SOUZA, 2012).

A definição do local da pesquisa foi influenciada pelo fato de ser o local de trabalho da pesquisadora e por ter sido coordenadora do projeto, durante os oito anos de sua execução, fato de grande importância pelo número de experiências, dados e informações extremamente relevantes para avaliar a eficácia deste programa da Emater-MG.

5.2 Pesquisa Bibliográfica

Quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados, desenvolveu-se a pesquisa bibliográfica e, segundo Gil (2008, p. 50), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com o levantamento de dados secundários sobre a juventude rural no Brasil para estabelecer um marco teórico.

A análise desta literatura iniciou-se pela identificação de publicações técnico - científicas sobre o tema juventude rural. Para esta seleção, foram seguidos alguns passos e o primeiro foi a busca na Internet (Google), utilizando

as palavras chave: Juventude Rural; Migração; Sucessão familiar; Políticas Públicas; Projeto Transformar e Sustentabilidade. Realizou-se uma busca por estudos, artigos, dissertações, teses publicados no sítio da Scielo, Google Acadêmico e periódico CAPES, selecionando os textos do período 2005 a 2012 ou ainda alguns anteriores a este período, que foram bastante citados por autores clássicos. A seguir, passou-se para a análise de conteúdo dos textos selecionados, identificando aqueles mais relacionados com a pesquisa.

O levantamento do material foi realizado entre os meses de novembro e dezembro de 2014 e tal esforço contemplou a coleta de informação já disponível (informação secundária) constituindo um acervo de informação que aborda o tema de maneira direta e num recorte temporal mais recente.

5.3 Pesquisa Documental

Outro procedimento foi a pesquisa documental, por meio da observação, investigação e análise de documentos elaborados pela Emater-MG sobre o Projeto Transformar, bases de dados do IBGE, DIEESE, PNAD sobre juventude rural, além de questionário, levantamento e observação em reuniões com os jovens.

5.3.1 Questionário de 2013

Para coletar informações para a pesquisa, analisamos um questionário aplicado a 95 jovens de 16 a 29 anos, de ambos os sexos, de 22 municípios do Sul de Minas, participantes do Projeto Transformar e V SEJA (Semana do Jovem Agricultor) no IFSULDEMINAS/Campus Inconfidentes, em agosto de 2013.

Utilizou-se desta análise como coleta de dados sobre a realidade da juventude rural do Sul de Minas, visando à caracterização do jovem e sua família e saber o que os jovens pensam sobre o futuro, na perspectiva dos atores sociais envolvidos.

Gil (2008) define o questionário como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

Os questionários semiestruturados foram elaborados pela Pró-Reitoria de Extensão do IFSULDEMINAS e a sua aplicação envolveu uma equipe de estudantes do Campus Inconfidentes, para coordenação dos quatro grupos de jovens, que foram divididos por unidade regional da Emater-MG.

As questões abertas e fechadas foram divididas em 08 partes: Perfil do entrevistado; Composição Familiar; Educação; Lazer; Trabalho; Futuro; Organização Social; Meio Rural e Projeto Transformar.

Parte I – Perfil do entrevistado: Reconhecimento/Sexo; Faixa etária; Escolaridade; Cor/Raça; Sempre morou no Sul de Minas; Religião; Estado civil; Tem filhos.

Parte II – Composição Familiar: Renda familiar; Sobre a mãe e o pai; Grau de instrução da mãe e do pai; Trabalho da mãe e do pai; Quantos irmãos tem; Trabalho dos irmãos.

Parte III – Educação: Já estudou em escola rural e quantos anos; Para você Escola é (Marque até 3 opções); Já parou de estudar alguma vez na vida; Quando parou de estudar; Por que parou de estudar; Já fez algum curso fora da escola e qual tipo de curso; Se antes de participar da SEJA 2013 já fez algum curso numa das instituições; Em qual cidade; Tem vontade de ser aluno do IFSULDEMINAS.

Parte IV – Lazer: Tem computador em casa e acesso à internet; Quantas vezes por semana acessa a internet; Que faz para se divertir; Participa de algum grupo; Se participa, qual grupo.

Parte V – Trabalho: Atualmente está fazendo alguma atividade para ganhar dinheiro; Precisa ajudar nas despesas de casa; Onde e com o que trabalha; Está satisfeito com a atividade que exerce; Se já trabalhou, quanto anos tinha, quando ganhou dinheiro por conta própria e pela primeira vez; Que é o trabalho.

Parte VI – Futuro: Quais são os planos para o futuro; Se sente preparado para ter sua própria terra; Se tiver sua própria terra (herdada ou comprada) o que pretende fazer; Como acha que será sua condição de vida daqui a 10 anos em relação aos dias de hoje; Se fosse um político o que faria para melhorar o futuro dos jovens rurais do seu município.

Parte VII – Organização Social: Quais as formas de organização/grupos na sua comunidade/bairro rural conhece; Como considera sua atuação nas organizações existentes; Marque os Conselhos Municipais existentes no seu município; Quais as políticas públicas pelas quais sua família é beneficiada; Conhece alguma liderança jovem no seu município/região; Quais as lideranças jovens conhece.

Parte VIII – Meio rural: Seus pais sempre desenvolveram atividades rurais; Gostaria que a vida no campo fosse diferente do que é hoje; Dê uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) para o sentimento que tem em relação à sua origem rural, em que 0 é totalmente insatisfeito e 10 é totalmente satisfeito; Do que sente mais falta morando na zona rural (Marque até 3 opções); Se fazem alguma coisa para contribuir com a preservação do Meio Ambiente.

Parte IX – Transformar: Se já tinha sido atendido/assistido pela Emater antes de participar do Projeto Transformar; Qual a atividade pela qual foi atendido/assistido pela Emater; Dê uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) para a sua

satisfação em fazer parte do Projeto Transformar, em que 0 é totalmente insatisfeito e 10 é totalmente satisfeito.

5.3.2 Levantamento da situação dos egressos do Projeto Transformar

Com o objetivo de verificar a condição de permanência dos jovens egressos no meio rural, analisando o que modificou na vida dos jovens rurais, após terem participado do Projeto Transformar, as atividades produtivas que desenvolvem (agrícolas e não agrícolas), suas condições de vida e trabalho, os espaços sociais que ocupam e as motivações para permanência ou evasão do campo, realizamos um levantamento da situação dos 549 jovens participantes do Projeto Transformar, em 50 municípios do Sul de Minas que compõem as unidades regionais da Emater-MG de Alfenas e Lavras, durante os meses de Setembro e Outubro de 2015, contando com o apoio dos extensionistas locais (Figura 2).



Figura 2 Unidades Regionais da EMATER-MG no Estado de Minas Gerais
Fonte: DETEC/EMATER.

Durante oito anos de execução do Projeto Transformar, participaram 21 municípios da Unidade Regional da Emater-MG de Alfenas com 266 jovens rurais (Figura 3) e 29 municípios com 283 jovens da Unidade Regional de Lavras (Figura 4).

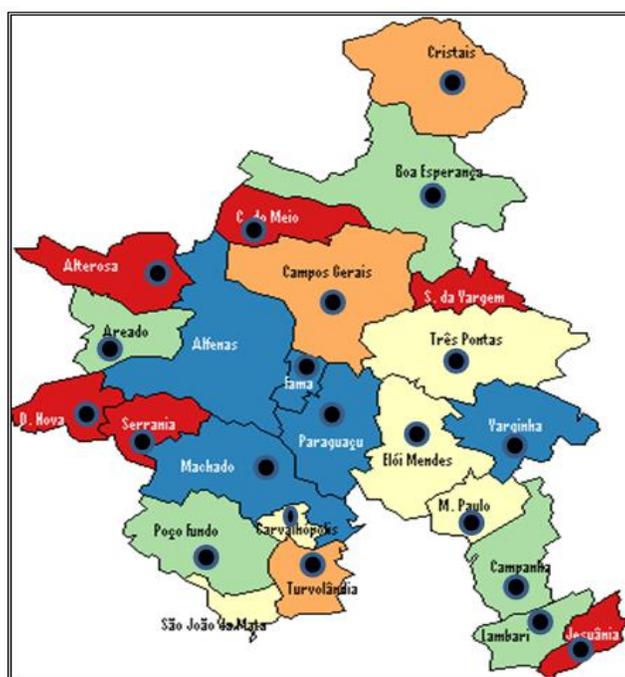


Figura 3 Municípios da Unidade Regional de Alfenas participantes do Projeto Transformar

Fonte: DETEC/EMATER.

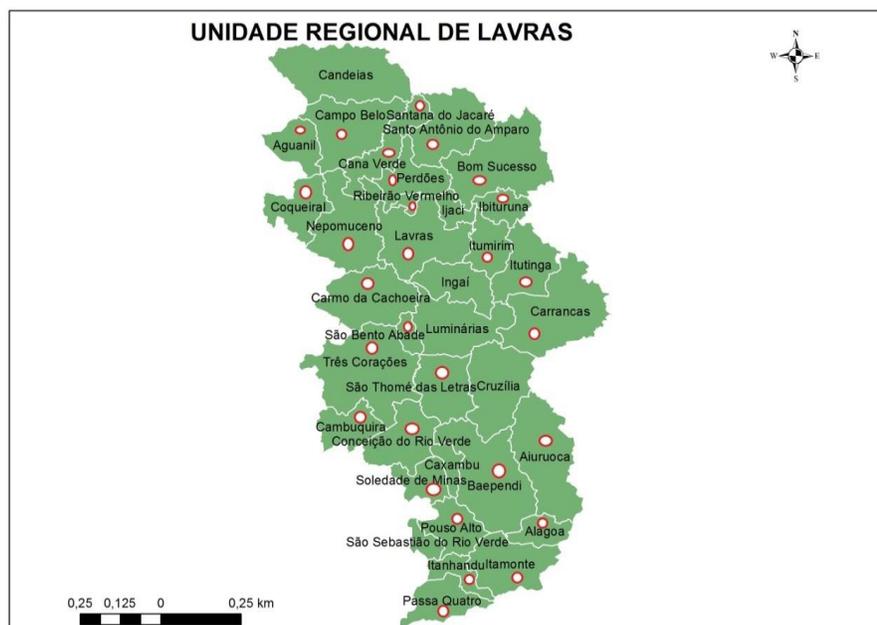


Figura 4 Municípios da Unidade Regional de Lavras participantes do Projeto Transformar

Fonte: DETEC/EMATER.

5.3.3 Reunião com egressos e Não Participantes do Projeto Transformar

Buscamos a observação em reuniões organizadas pela Emater-MG com dois grupos de jovens rurais, o grupo participante do Projeto Transformar (egressos) e o grupo controle formado por jovens que não frequentaram o projeto e que serão tratados como Jovens Não-Participantes (NP), com faixa etária e escolaridade o mais próximo possível dos jovens participantes e da mesma comunidade rural, visando compreender a perspectiva dos próprios jovens rurais, a respeito de sua situação, de intenções de migrar ou permanecer (e as razões para estas intenções).

Esta estratégia é recomendável em estudo de impacto de programas e políticas sociais, apesar de não podermos concluir sobre impacto por não termos

informações sobre os pesquisados antes de participarem do programa, aspecto este essencial em pesquisas sobre causas e efeitos.

As reuniões realizadas em outubro de 2015 com os jovens egressos, em suas comunidades (Congonhal/Lambari e Campo Redondo/Itamonte) promoveram uma ampla problematização sobre o tema juventude rural, pela interação grupal num espaço de discussão.

O grupo dos jovens Não Participantes foi de alunos do ensino médio da Escola Municipal da comunidade do Campo Redondo/Itamonte, os quais participaram de um curso de Educação Ambiental promovido pela Emater-MG.

A experiência da pesquisadora como facilitadora/moderadora contribuiu na observação dos participantes, durante as reuniões, seguindo um roteiro de questões baseadas nas dimensões da sustentabilidade e na perspectiva de futuro.

A escolha dos jovens foi com base na reunião com extensionistas dos municípios que mais participaram do projeto e com maior representação, identificando os jovens que permanecem no campo e com possibilidades de participarem das reuniões. Ressalta-se, ainda, a opção em realizar o estudo em mais de um local, com a finalidade de detectar possíveis diferenças na forma de operação e na percepção dos beneficiários. Desta forma, selecionamos os municípios de Lambari/Regional de Alfenas (por ter o maior número de participantes no projeto) e Itamonte/Regional de Lavras (pela facilidade de reunir os grupos dos egressos e dos não participantes).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção está organizada numa análise da permanência dos jovens no meio rural e dos fatores que influenciam a migração ou permanência de jovens rurais no campo, identificados na pesquisa. Eles compreendem a questão de gênero, estado civil, escolaridade, atividades desenvolvidas/projetos produtivos, relações familiares, serviços sociais, a participação dos jovens em organizações sociais. Focaliza as políticas públicas, em especial as de suporte à exploração produtiva da terra (crédito agrícola e ATER) numa análise que busca identificar a adequação destas políticas ao jovem rural e suas demandas. A seguir, busca-se compreender a perspectiva dos próprios jovens rurais, a respeito de sua situação, de intenções de migrar ou permanecer (e as razões para estas intenções).

6.1 Permanência no meio rural

Diante de tantas questões ligadas ao jovem rural, escolhemos alguns indicadores sociais para análise, mas primeiramente analisaremos sobre a permanência dos jovens no meio rural.

A pesquisa mostrou que a maioria dos jovens rurais do Sul de Minas tem a intenção de permanecer no campo e que este padrão é semelhante para os participantes do Projeto Transformar em 2013, egressos e Não Participantes.

De acordo com o Gráfico 1, quando questionados se pretendem continuar no meio rural, 80,4% dos 95 jovens participantes responderam que pretendem continuar e, entre os 19,6% que manifestaram interesse em sair, informaram que os motivos são que as condições de trabalho, estudo, saúde e lazer são melhores nas cidades.

Na pesquisa com os egressos do Transformar, somando as duas unidades regionais (Alfenas e Lavras), com 50 municípios e 549 participantes, 344 jovens

continuam no meio rural, ou seja, 62,66%, o que consideramos que contraria as tendências de êxodo rural “acentuado” entre os jovens.

Ressaltamos que em dois municípios (Campo do Meio e Paraguaçu) nenhum dos 11 jovens participantes continua no meio rural, ao contrário do município de Elói Mendes, em que dos 19 participantes apenas 01 jovem saiu do meio rural, mas estudou técnico agropecuário e agronomia e trabalha na cooperativa. De acordo com as informações, 71 jovens mudaram do meio rural para trabalhar e 06 jovens saíram e depois retornaram para o meio rural. Dos jovens participantes, de 32 não se obtiveram informações.

A maioria dos jovens do grupo Não Participantes gostaria de continuar os estudos, pois estão no ensino médio e se tiver que mudarem para estudar, pretendem voltar para a comunidade/município.

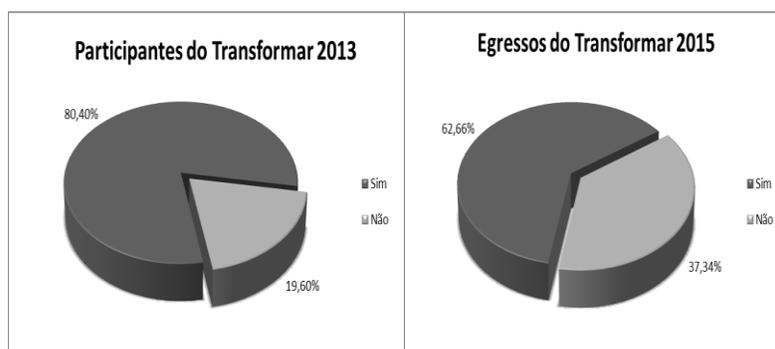


Gráfico 1 Percentual dos jovens participantes do Transformar 2013 que pretendem continuar no meio rural e egressos do Transformar (2015) que continuam no meio rural

Fonte: Dados da pesquisa.

Na pesquisa de Castro et al. (2013), a grande maioria dos jovens preferem ficar na terra e, em cada 100 jovens rurais, 84 querem continuar no campo. Os jovens rurais apontam um número menor de razões para deixar o campo do que para permanecer na terra e tanto homens e mulheres concordam

com as seguintes razões para ficar no campo: a satisfação com a vida e com o trabalho no campo, a segurança da vida no campo e ter acesso a terra para trabalhar na agricultura. Os homens veem mais razões para ficar no campo do que as mulheres.

Castro (2005b) adverte que também devemos olhar para os outros significados da saída dos “jovens”, considerando a possibilidade dos jovens estarem “simplesmente” saindo da casa dos pais e construindo sua autonomia em relação à família. Para a autora, o próprio dilema “ficar e sair” nos remete à análise de “jovem rural” como uma categoria social pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo.

Os resultados do dilema de ficar ou partir permanecem desequilibrados em partir e são pouco compreendidos sem suas motivações. Para Kummer e Colognese (2013), entre ficar e partir atuam muitas variáveis, porque não são alternativas sem volta, sendo apenas possibilidades reatualizadas a cada ponto da trajetória destes jovens rurais.

No estudo de Brumer, Pandolfo e Coradini (2008), os autores observaram que, de modo geral, os rapazes superam as moças no desejo de estabelecer residência no meio rural. As condições e a oferta de trabalho/renda e estudo no campo e na cidade são avaliadas pelos jovens rurais e influenciam sua intenção de sair ou permanecer na terra. No campo, o jovem rural tem uma vida em que é comum à pluriatividade, o envolvimento com a unidade produtiva, mas também jornadas de trabalho mais extenuantes e as chances de risco climático. Por outro lado, visualiza as oportunidades para trabalho autônomo nas cidades (fora do controle dos pais), onde acredita que exista uma jornada de trabalho mais amena e com renda.

6.2 Fatores que podem influenciar a migração ou permanência dos jovens rurais no campo

a) Questão de gênero

De todos os 95 jovens participantes que responderam o questionário em 2013, 64,2% são do gênero masculino e 35,8% do gênero feminino (Gráfico 2) e a maioria (87,1%) com idade entre 16 a 24 anos e solteiros (97,9%).

Em oito anos do projeto, participaram 549 jovens das regionais de Alfenas e Lavras, sendo 70,13% homens e 29,87% mulheres (Gráfico 2) e observamos a continuidade da masculinização do meio rural.

Interessante que, no grupo dos NP de estudantes do ensino médio da Escola Municipal do Campo Redondo/Itamonte, a maioria é de mulheres (62,50%) com apenas 06 homens (37,50%), o que corrobora com alguns estudos sobre a questão das moças terem acesso mais elevado à educação do que os homens (Gráfico 2).

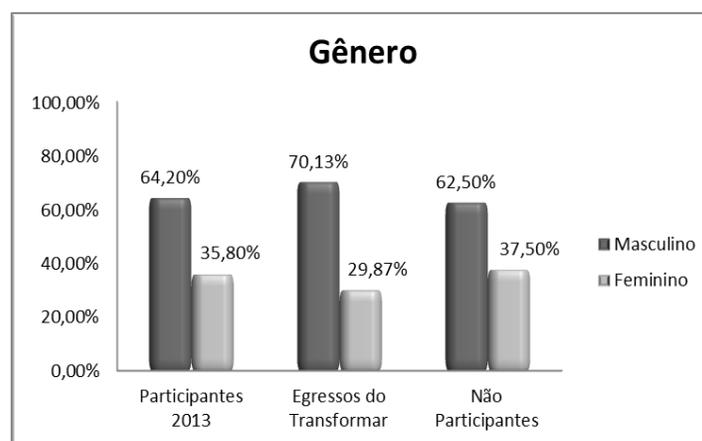


Gráfico 2 Percentuais de jovens da pesquisa, segundo gênero

Fonte: Dados da pesquisa.

Na análise dos 50 municípios pesquisados, em alguns dos municípios (Aguanil, Baependi, Campanha, Campo Belo, Cordislândia, Divisa Nova, Pouso Alto) apenas os homens que participaram do projeto continuam no meio rural. Esta situação é a mesma registrada desde Camarano e Abramovay (1999) e indica um fator que, provavelmente, alavanca a saída do jovem para a cidade: a busca de uma companheira. Dados do IBGE, do Censo 2010, indicam que há na área urbana cerca de seis milhões e quatrocentas mil mulheres a mais do que o número de homens; e, na área rural, cerca de um milhão e duzentos mil homens a mais do que o de mulheres (IBGE, 2010).

Merece atenção especial o município de Itamonte em que todas as 09 jovens que participaram do projeto continuam no meio rural, exercendo atividades como professoras rurais, serviços em pousadas e estudando à distância (Pedagogia e Educação Física).

A questão do gênero é um fator a ser considerado, pois no campo brasileiro as altas taxas de migração são potencializadas pelas mulheres, que abandonam o campo rumo à cidade, trocam o próprio lar e o convívio familiar para conseguir uma independência monetária (SOUZA, 2012).

Lima (2013) considera que o gênero é um atributo importante que modifica o desejo de permanência ou a capacidade de migração do jovem, pois o gênero está associado ao modo de vida, à dedicação a terra ou ao lar, à divisão de trabalho na unidade familiar, à disponibilidade de tempo para a educação. As moças veem no trabalho nas cidades maiores chances para autonomia em relação à família, pois têm menor envolvimento na unidade produtiva e menor probabilidade de herdar a terra, o que leva ao menor desejo de permanência no meio rural e maior rejeição à profissão agrícola. Também têm maior acesso à escola, após o ensino fundamental, o que proporciona maior nível de escolaridade e acesso à formação profissional nas cidades e uma maior oferta de

trabalhos nas cidades. Os rapazes, especialmente se casados, em geral, têm maior intenção de permanecer na terra.

A posição hierárquica inferior das moças nas famílias rurais, bem como a divisão de trabalho entre meninos e meninas na unidade familiar, leva a algumas destas diferenças relacionadas ao gênero.

O trabalho de Lima (2013) identifica algumas categorias que representam influências sobre permanência e migração no campo, derivadas de informações em bases de dados institucionais. A categoria desequilíbrio de gênero em que os homens são maioria no meio rural tem sido central para o estudo da migração e permanência. É estudada como consequência da migração do campo para as cidades, desde meados do século passado e tem sido observada como tendência, desde aquela época (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; CASTRO, 2009; CASTRO; AQUINO, 2008). A relação entre desequilíbrio de gênero e permanência na terra é apresentada como influência para a migração.

A agricultura familiar requer a formação de novas famílias para sua reprodução social e os rapazes têm maior chance de permanecer na terra, desde que possam explorá-la. A assimetria na distribuição de homens e mulheres torna mais difícil a formação de novas famílias e, em consequência, a permanência no campo (LIMA, 2013).

Numa análise dos dados do Sul de Minas com os dados do IBGE/Pnad de 2006 (Gráfico 3), analisando a faixa etária de 15 a 32 anos (em que estão incluídos os jovens do Projeto Transformar de 16 a 29 anos), vimos que, no Sul de Minas, temos um número maior de jovens do sexo masculino (64,20% e 70,13%) residentes no meio rural enquanto no Brasil temos 52,80% de homens.

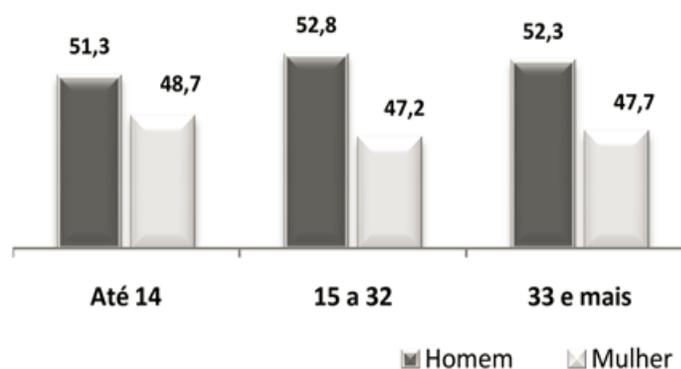


Gráfico 3 População total residente em área rural, segundo o sexo e a idade - Brasil (%)

Fonte: IBGE (2006).

Os dados do IBGE (2010) evidenciam que há menos mulheres que homens no campo, o que pode ser uma das razões que faz com que os rapazes saiam para a cidade na busca de uma companheira. Os homens são os responsáveis pela maior parte das casas, no campo e nas cidades e, na área rural, a mulher é responsável em apenas 18% das casas e na urbana, há um número muito maior do que no campo (36,3%). A mulher tem menos oportunidades no campo, o que pode ser um dos motivos para que migre para a cidade. Há mais homens que mulheres trabalhando na agricultura e esta proporção tem aumentado sempre mais, mostrando a migração das mulheres e a masculinização no campo.

b) Estado civil

Do grupo de 95 jovens que responderam ao questionário, 97,9% estavam solteiros em 2013. Já, na pesquisa com os egressos, dos 344 jovens que continuam no meio rural a maioria está solteira (75,87%), com 24,13% de jovens casados, destes últimos, 16 jovens casaram no Projeto Transformar, 05 jovens noivos e 02 namorados pelo projeto. Entendemos que a convivência dos

jovens durante o projeto contribui para a socialização, amizades, namoro e casamento (Gráfico 4).

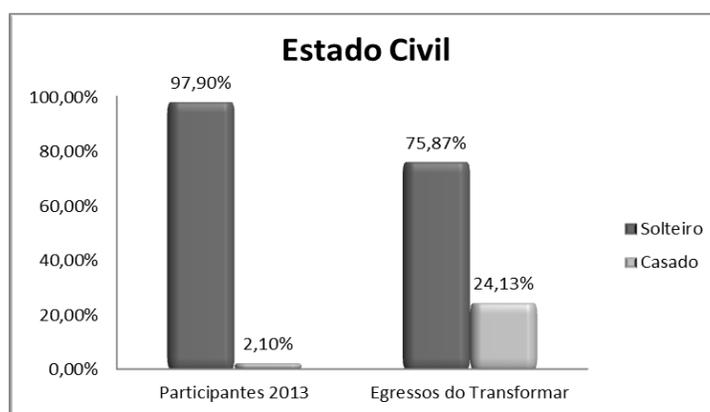


Gráfico 4 Percentuais de jovens casados e solteiros determinados durante o Transformar (2013) e dos egressos do Projeto (2015)

Fonte: Dados da pesquisa.

c) Escolaridade

Os diferentes estudos analisados mostram que a busca por maiores níveis de escolaridade é um fator importante na saída de jovens do mundo rural para os centros urbanos e que o modelo de educação das cidades não se adapta à realidade do campo, com um conteúdo direcionado apenas para a realidade urbana que não valoriza o rural e não prepara os jovens para um retorno ao campo. Os estudos, também, comprovam que “as moças investem mais na educação do que os rapazes”, principalmente com vistas à preparação para um emprego na cidade. Mesmo em graus diferenciados entre rapazes e moças, os jovens rurais demandam por educação, percebendo nela uma possibilidade de melhorarem de vida e muitos pais incentivam os filhos a seguir os estudos, estimulando o desenvolvimento de “projetos profissionais não agrícolas”.

Quanto à escolaridade dos jovens do questionário de 2013, constatamos que 44,7% cursam o ensino médio e 29,8% já concluíram (com 7,4% de jovens cursando ensino técnico em nível médio) e 5,3% com ensino superior completo e/ou incompleto (Gráfico 5).

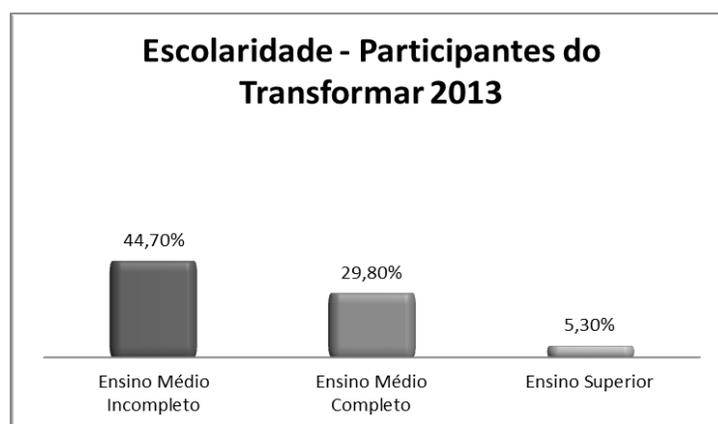


Gráfico 5 Percentual de jovens participantes do Transformar 2013 cursando Ensino Médio Incompleto, Ensino Médio Completo e Ensino Superior

Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre a escolaridade dos 344 jovens egressos analisados, constatamos que a maioria concluiu o ensino médio e dos 26 jovens do município de Itumirim, apenas um não concluiu o 2º grau. Dos participantes que moram no meio rural, 6,40% continuam seus estudos com curso superior de Agronomia (Machado e Varginha), Pedagogia EaD e outros (Gráfico 6).

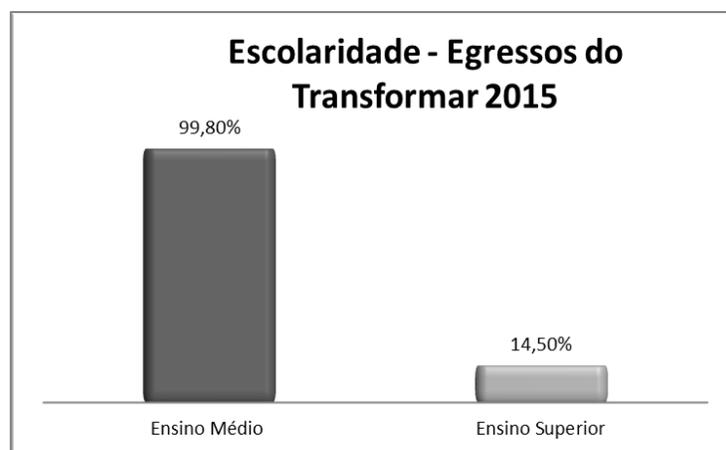


Gráfico 6 Percentual dos jovens egressos do Transformar com ensino médio e ensino superior (2015)

Fonte: Dados da pesquisa.

Um dos fatores importantes é que alguns jovens se formaram e estão ativos nas atividades rurais, sendo 08 como técnicos agropecuários, 02 agrônomos e 01 engenheiro mecânico, num retorno ao rural.

Demonstrando o interesse pela educação, encontramos 25 jovens que estão fora de seus municípios para estudar numa Universidade (Alfenas, Lavras, Machado, Três Corações, Varginha, Viçosa) ou no Instituto Federal (Machado e Inconfidentes), sendo a maioria em cursos correlatos ao meio rural (Agronomia, Veterinária, Zootecnia, Engenharia Ambiental, Administração, Técnico em Agropecuária).

Quando questionados se estão estudando, as jovens egressas de Itamonte estão cursando Pedagogia EaD e Educação Física em Passa Quatro e os jovens NP ainda estão no ensino médio e pretendem continuar os estudos com curso superior de Engenharia Agrônômica, Florestal e outros. Já os jovens participantes de Lambari não continuaram os estudos pela falta de transporte, manutenção das estradas e distância da comunidade rural.

Do total dos jovens do questionário, 74,5% já realizaram algum curso fora da escola, como cursos de qualificação rural (60,6%) e cursos de informática (29,6%). Dos cursos participados, 21,7% dos jovens fizeram cursos pela EMATER-MG e 13,3% pelo IFSULDEMINAS.

Todos os jovens egressos (344) disseram já ter feito algum curso fora da escola como cursos do SENAR, da Emater-MG e de computação.

Diversos autores (ABRAMOVAY et al., 2001; CASTRO, 2009; WEISHEIMER, 2005) comentam que o acesso à educação é influência muito importante e que, para a maioria dos jovens rurais, este acesso é dificultado por condições de acesso à escola (existência de escola próxima, distância das escolas urbanas; disponibilidade de transporte até a escola mais próxima).

Segundo Castro (2009b), ainda não existe no Brasil uma política massiva de educação que atinja a juventude no campo e salienta a necessidade de um projeto político pedagógico para uma educação formal para o campo e de processos de formação continuada. Para a autora, as consequências no longo prazo estão atreladas à perspectiva de encaminhamento das propriedades para membros externos à família (no caso de recusa dos filhos em assumir a gestão da propriedade) e à própria diminuição da população rural, em virtude da impossibilidade de constituição de novas famílias em razão do êxodo juvenil feminino. Outro aspecto citado é a fragilização das estruturas comunitárias (tais como escolas, igrejas, quadras de esporte, entre outros) em decorrência da diminuição da população local.

Para Souza (2012), a educação no/do campo é uma ferramenta de extrema importância, que valorize o meio rural e as capacidades profissionais dos jovens juntamente com suas raízes, com a intenção de reduzir ao máximo a migração de jovens do campo para as cidades. Neste cenário é importante, não apenas ter escolas no espaço rural, mas que elas pertençam ao rural e que considerem as especificidades do campo e do jovem rural.

A educação ofertada para as comunidades rurais mantém o foco no urbano, em contraposição ao rural, com professores sem capacitação para o ensino no campo, matriz curricular voltada às cidades e que não prepara o aluno para o mercado de trabalho (SOUZA, 2012).

Segundo dados do IBGE (2010), os jovens rurais vão à escola por menos tempo, há um número maior de analfabetos de todas as idades na área rural e os jovens das cidades estudam mais do que os jovens no campo. As mulheres no campo se educam mais do que os homens, o que mostra que é preciso um forte esforço para melhorar a qualificação/educação no campo, principalmente, para os homens. Os dados são de que 80% dos jovens rurais precisam se deslocar para as cidades para ter acesso à educação formal e 22,8% dos adolescentes do campo estão fora da escola. Outra análise é de que o trabalho na agricultura dificulta a educação dos jovens, fazendo com que muitos deixem cedo os estudos (IBGE, 2010).

As análises sobre escolaridade indicam, de um lado, maior dificuldade para melhorar o nível de qualificação no campo, do que nas cidades e que para os homens esta dificuldade é maior.

Pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2011) confirmam que as moças rurais têm um maior acesso à formação profissional nas cidades, o que motiva a migração e que o oposto se passa com os rapazes, pois nem sempre sua capacitação prática e sua educação formal são consistentes com o que se espera de um agricultor.

O documento de Lima (2013) destaca que o “acesso à educação e à formação profissional” é uma das influências importantes em relação à permanência no campo. Para o autor, este dilema será resolvido se considerar que o acesso à (melhor) educação/formação profissional torne o jovem agricultor mais capacitado ao desenvolvimento de projetos agrícolas com ganhos individuais e locais positivos.

d)Relação do jovem com o trabalho/Projeto produtivo

Para Lima (2013), existem influências que permitem ao jovem a obtenção de recursos financeiros para atenção a suas necessidades específicas de consumo; estes recursos podem resultar de partilha pela família, de economias possibilitadas por sua residência na casa paterna ou ainda de rendas obtidas fora da unidade produtiva.

De acordo com o questionário, 65,3% dos jovens fazem algo para ganhar dinheiro e, entre eles, 33% ajudam os pais em sua propriedade, 53,1% em atividades rurais (pecuária, agricultura, etc); 14,1% como trabalhador assalariado e 9,4% com atividades domésticas na própria casa e com atividades na cidade (indústria, comércio, etc). Em relação a estarem satisfeitos com seu trabalho, 76,8% dos jovens estão satisfeitos (Gráfico 7).

A maioria dos jovens (60,3%) iniciou seu primeiro trabalho entre 13 e 17 anos e 39,4% consideram o trabalho como independência; 25,5% como crescimento; 22,3% como necessidade e 11,7% autorrealização.

Referente ao questionamento sobre as atividades desenvolvidas pelos jovens egressos, 62,5% têm renda própria e observa-se uma maior proporção de atividades agrícolas, com destaque para 94 jovens ocupados com a cultura do café (sendo 06 jovens com café certificado Fair Trade em Boa Esperança); 44 na atividade leiteira; 18 com hortifrutigranjeiro; 07 com criação de codornas, trutas e abelhas; 14 jovens prestam serviços fora da propriedade como assalariados e 16 jovens trabalham com serviços de trator, motosserra e máquinas de café (Gráficos 7 e 8).

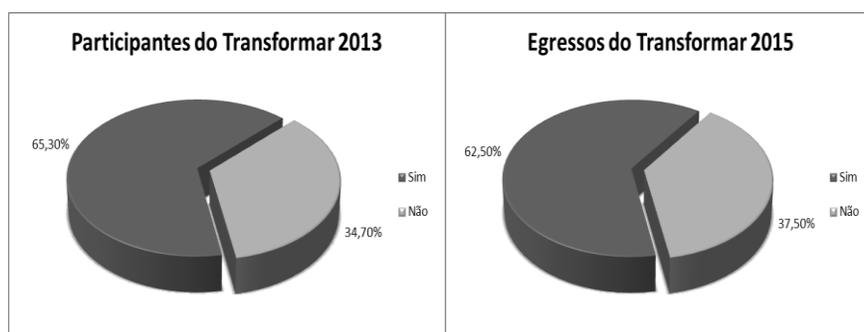


Gráfico 7 Percentual de jovens participantes do Transformar 2013 e egressos do Transformar (2015) com atividades remuneradas e não remuneradas

Fonte: Dados da pesquisa.

A atividade agrícola é uma fonte importante de geração de renda para os que vivem no campo e a demanda de renda própria é um dos fatores que podem facilitar ou dificultar a permanência dos jovens no meio rural (LIMA, 2013).

As atividades não agrícolas já fazem parte da experiência cotidiana dos jovens que vivem no meio rural e encontramos jovens trabalhando com agroindústria (05), artesanato (04) e turismo rural/pousadas em Itamonte e São Thomé das Letras (04).

Outras atividades que os jovens estão desenvolvendo são: agente de saúde, pedreiro, professora, caminhoneiro, militar (Aeronáutica), Conselho Tutelar, funcionário do IMA (Campanha), secretário da Emater-MG (Monsenhor Paulo), secretária da Cooperativa de Café dos Martins (Varginha).

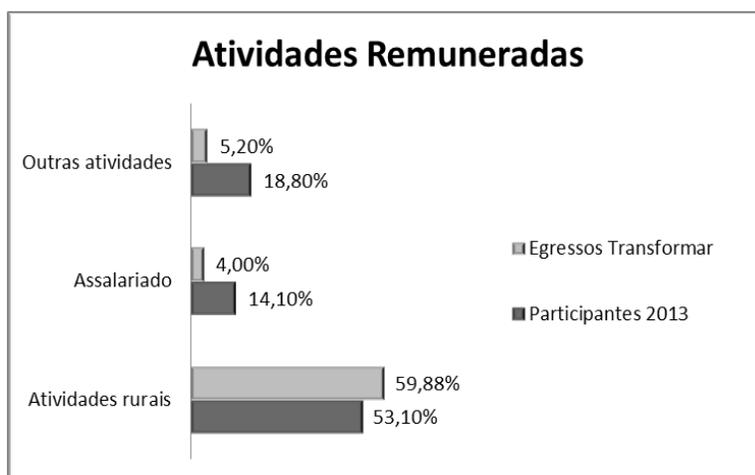


Gráfico 8 Percentual de jovens ocupados (assalariados, atividades rurais e /ou outras atividades) participantes e egressos do Transformar

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos projetos produtivos com renda própria do total analisado, constatamos que apenas 4,06% dos jovens desenvolvem seus projetos, sendo uma experiência de horticultura com venda para o PNAE e feira livre e os demais conduzem lavouras de café por conta própria ou em parceria, mostrando que a atividade cafeeira gera mais autonomia para os jovens rurais. Esta realidade não é diferente da relatada em diversas pesquisas que destacam as principais dificuldades dos jovens para implementar seus projetos, como a falta de recursos financeiros e apoio/credibilidade dos pais, além de poucas opções de se construir uma renda na atividade agropecuária familiar.

A maioria dos jovens atualmente está fazendo alguma atividade para ganhar seu próprio dinheiro como produção de café (Lambari), ponkan, cogumelo e truta (Itamonte), leite e queijo. Também com serviços de faxineira, babá, professora, com transporte escolar, roçadeira e turismo rural/pousadas. Isto corrobora com a ideia de que “a necessidade de se obter um rendimento próprio para cobrir seus gastos pessoais é o principal motivo que leva os jovens a

buscarem trabalho fora do estabelecimento familiar” (WEISHEIMER, 2005, p. 18).

Brumer (2007) aponta o acesso à renda própria como um dos motivos para justificar a migração de jovens rurais, pois, na maioria das vezes, os recursos são controlados pelo pai e não são divididos com os filhos. Com isso, o trabalho assalariado no meio urbano passa a representar uma boa opção para a conquista de uma renda própria pelos jovens rurais.

e) Relações familiares

Carvalho et al. (2009) afirmam que o elo e ao mesmo tempo a referência entre os jovens é a família, em que tem espaço de vida, trabalho e vivência. As relações familiares constituem um capítulo importante no processo de sociabilidade dos jovens rurais. Em qualquer situação, êxodo ou permanência, a existência da família e da propriedade rural constitui um referencial sempre à disposição dos jovens. A autora descreve a ambiguidade do jovem em relação à família: ao mesmo tempo em que ela representa um espaço de proteção, conforto e enraizamento social é também um espaço de conflitos em que representa uma restrição aos projetos e desejos dos jovens.

A maior parte dos jovens do questionário e egressos reside na propriedade rural com suas famílias e todos os jovens do grupo NP ainda moram com os pais. Alguns jovens residem na cidade/sede do município, mas estabelecem algum tipo de vínculo com a família/propriedade rural com visitas nos finais de semana e algum trabalho. Destaque para os jovens que continuam morando com os pais no meio rural e estudam na cidade, no ir e vir de todas as noites. Portanto todos os jovens mantêm relação direta com atividades rurais morando ou não na propriedade (Gráfico 9).

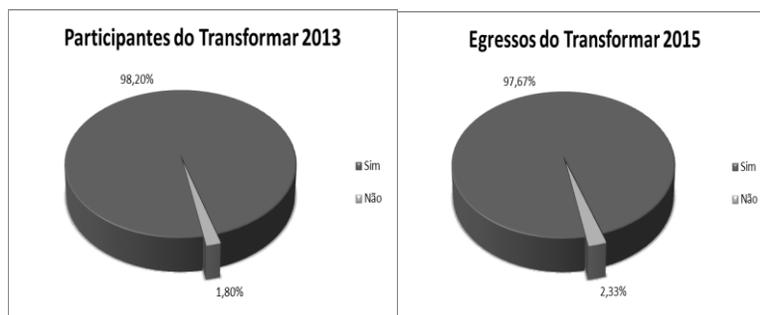


Gráfico 9 Percentual de jovens da pesquisa que moram com os pais no meio rural

Fonte: Dados da pesquisa.

As relações entre os jovens e suas famílias são de suma importância no contexto de permanência ou não no campo, pois à medida que o jovem começa a ser valorizado pelo seu trabalho ou quando obtém um rendimento próprio para cobrir seus gastos pessoais, maior é a possibilidade de ele se manter no meio rural (WEISHEIMER, 2005).

Ser jovem carrega a marca da pouca confiabilidade na hierarquia das relações familiares e a autoridade patriarcal cria mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens através das relações familiares e demais redes sociais (CASTRO, 2009).

Segundo Prediger (2009), nas relações familiares percebe-se que as decisões finais ainda ficam a cargo dos pais, que mantêm o controle econômico da produção e na opção de sair ou ficar na propriedade, a decisão já é quase que total do jovem, visto que, muitas vezes, os pais até os incentivam para tal. O autor ressalta que os jovens são mais escolarizados que as gerações anteriores, pertencem a famílias menos numerosas e possuem consciência ambiental.

De acordo com Brumer (2007), é percebido o sentimento da necessidade de autonomia pelos jovens em relação aos pais e requer mudanças nas relações familiares através de uma maior participação de todos os trabalhadores

familiares no processo de tomada de decisões e de um maior espaço para a atuação dos jovens.

f) Participação Social

Sobre a participação social, as formas de organização/grupos na comunidade/bairro rural que os jovens participantes do Transformar em 2013 conhecem são Associação de Produtores (39,4%), Cooperativa de Produtores Rurais (17,0%), Associação/Conselho Comunitário (10,6%) e, na sequência, Grupo Religioso, Grupos de Jovens, Sindicatos Rurais, mas 7,4% não conhecem nenhuma forma de organização.

Por meio das respostas, notamos que 46,3% dos jovens rurais participam de algum grupo, como grupo religioso (38,3%), grupo de jovens (21,3%) e com apenas 14,9% participando de Associação de bairro (Gráfico 10).

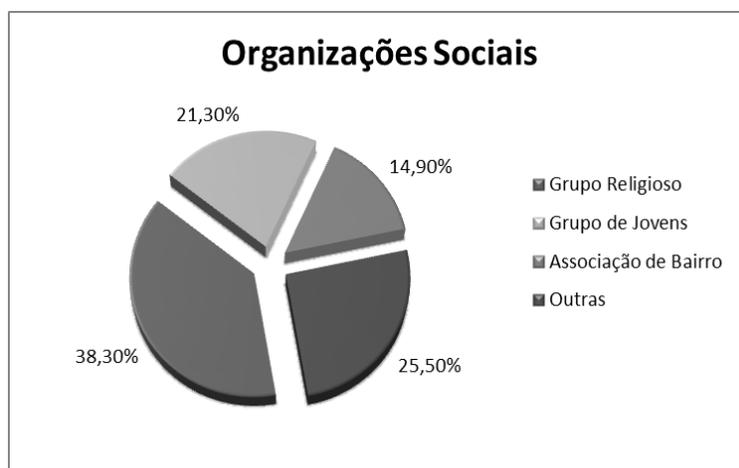


Gráfico 10 Percentual de participação dos jovens por organização social

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à participação em algum grupo da comunidade, os jovens egressos participam de grupo de jovens, da Associação e do Grupo do 3º ano (Campo Redondo/Itamonte) e os jovens NP não participam formalmente de nenhum grupo.

Pelas respostas nas reuniões com os jovens egressos e não participantes, notamos que existe maior envolvimento dos jovens rurais dos grupos pesquisados em eventos religiosos, depois há maior participação nas atividades de lazer na comunidade. Estes dois espaços constituem-se em espaços de religiosidade e lazer dos jovens, onde as tomadas de decisão são menores, constituindo-se mais em espaços de socialização.

Sobre o conhecimento dos Conselhos Municipais existentes no município, 15,6% dos jovens não conhecem nenhum Conselho e os conselhos mais citados na sequência foram: Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal de Saúde; CODEMA - Conselho Municipal do Meio Ambiente; CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e CAE - Conselho da Alimentação Escolar.

Castro (2009, p. 190) realizou importante pesquisa focalizando o jovem rural como ator político. Segundo esta autora, a inserção de jovens rurais em movimentos sindicais, organizações e sindicatos rurais cresceu bastante no período por ela analisado (2000 a 2007), mas destaca a “intensa disputa nas esferas de tomadas de decisão”.

Os resultados da pesquisa de Lima (2013), sobre a participação de jovens rurais em espaços de organização política (sindicatos, movimentos sociais e outras organizações), identificam que os jovens participam menos do que os adultos, mas se mostram mais engajados do que os jovens urbanos.

A participação social e envolvimento dos jovens rurais nas organizações existentes nas suas comunidades é pouca e mostra que os jovens não participam das reuniões ou entendem que os assuntos tratados são apenas para os pais.

Também participam quando os pais não podem participar ou quando o assunto é mais abrangente (como num diagnóstico da comunidade) e o convite é para toda família. Há um paradoxo, pois os jovens não participam por não terem espaço e não têm espaço porque não participam. É necessário um olhar diferenciado para esta categoria, pois serão os futuros proprietários e lideranças rurais.

f) Beneficiários de Políticas Públicas

As políticas públicas que beneficiam o jovem rural e sua família mais conhecidas dos entrevistados foram Bolsa Família; PRONAF (Crédito Rural); PSF (Programa Saúde da Família); Programa Luz para Todos e Projeto Transformar (jovens rurais). Em sequência, as respostas mostram que os jovens conhecem menos sobre o PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar); PAA/Conab (Programa de Aquisição de Alimentos); Programa Minas Sem Fome (doação de sementes, mudas, adubos, tanques de resfriamento de leite); PROJOVEM; PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); Programa Minha Casa Minha Vida e Crédito Fundiário.

Dentre os 344 egressos pesquisados, apenas 14 jovens (4,2%) tiveram acesso ao crédito do Pronaf, nos municípios de Lambari (07 jovens), Boa Esperança (04 jovens), Lavras (02 jovens, sendo 01 mulher) e Itumirim (01 jovem), porém só 06 jovens conseguiram a linha específica do Pronaf Jovem. Interessante lembrar que também apenas 14 jovens desenvolvem projetos produtivos com renda própria (café e horticultura), o que pode ter uma ligação com o crédito rural do Pronaf.

Outra política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que beneficia os jovens rurais, é a Chamada Pública do Café e do Leite que iniciaram em 2014 e 2015, respectivamente, no Sul de Minas, beneficiando

08 jovens na atividade do café (Lambari e Três Pontas) e 01 jovem no leite, inclusive, como Unidade de Referência em Pouso Alto.

Dentre as políticas de comercialização dos produtos da agricultura familiar no mercado institucional, 1,45% dos jovens comercializam seus produtos no Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Campanha, Elói Mendes, Itanhandu e Pouso Alto e 0,58% (02 jovens de Elói Mendes) também comercializam no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O Programa Minha Casa Minha Vida, voltado para o atendimento de demandas habitacionais rurais, beneficiou apenas 02 jovens em Boa Esperança, contribuindo para maior conforto da habitação e permanência dos jovens no campo.

Consideramos importante conhecer a visão dos entrevistados sobre o trabalho da ATER (assistência técnica e extensão rural pública). As respostas dos questionários mostram que 61,3% dos jovens já foram atendidos pela Emater-MG, antes de participar do Projeto Transformar nas atividades de cursos (44,9%); orientação técnica na sua propriedade (34,8%) e palestras (11,6%).

O vínculo dos jovens egressos de Lambari com a Emater-MG se dá por cursos, palestras e como beneficiários da Chamada Pública do Café do MDA recebem atendimento sistemático de 2014 a 2017, com visitas e acompanhamento técnico, participação em eventos (Dias de Campo, Circuito do Café, etc).

Os jovens egressos e NP de Itamonte participam das atividades promovidas pela Emater-MG como Encontros de Mulheres, aulas de culinárias, palestras, visitas nas propriedades e capacitações com foco em educação ambiental e agroecologia.

Questionados sobre como deveria ser o trabalho de ATER, para atender às necessidades do jovem rural, durante as reuniões com os egressos e Não Participantes, foram sugeridas algumas atividades (Tabela 3).

Tabela 3 Sugestões dos jovens egressos e não participantes para o trabalho da ATER

Sugestões para o trabalho da ATER	Município
Atividades práticas: demonstrações técnicas, excursões, visitas, dentre outras	Lambari e Itamonte
Convívio com jovens de outras regiões para troca de experiências e intercâmbio	Lambari e Itamonte
Crédito rural para os jovens: divulgação e acesso	Lambari e Itamonte
Trabalhar a melhoria da qualidade do café para exportação com a marca CAFÉ DO JOVEM com o grupo de 15 jovens da comunidade Congonhal	Lambari
Continuidade dos trabalhos de ATER com mais cursos, principalmente para as mulheres: artesanato, cogumelo, produção orgânica, dentre outros	Itamonte
Orientar sobre o destino adequado dos resíduos da produção de trutas e cogumelo	Itamonte
Trazer cursos e experiências do empreendedorismo rural para os jovens, principalmente, com agregação de valor, embalagem, rotulagem, custo de produção, mercado (venda aos turistas da região de Itamonte)	Lambari e Itamonte

Lima (2013) mostra que, apesar do jovem rural aparecer entre as diretrizes estabelecidas para a PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), ele não foi contemplado com as ações que a diretriz estabelece. Apresenta uma análise das políticas de suporte à exploração produtiva da terra, considerando sua adequação às demandas e condições dos jovens rurais e se favorecem ou dificultam seu acesso a elas e afetam a decisão de migrar ou permanecer no campo.

A política do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem duas linhas de crédito que podem ser acessadas pelos

jovens para custeio e investimentos na produção agrícola. A linha específica do Pronaf Jovem beneficia os filhos de famílias já enquadradas no Pronaf, para a atividade agrícola, em que o jovem rural explora parte da terra da família e, ainda, mora com ela. As outras linhas disponíveis do Pronaf podem ser acessadas por eles, se tiverem sido emancipados. Estes jovens (maiores de 16 anos e com até 29 anos) deverão explorar parcela da terra dos pais. As condições de financiamento do Pronaf Jovem são citadas no MCR 10-10 (LIMA, 2013).

A pesquisa de Lima (2013) aponta que o Pronaf Jovem não atende às necessidades de acesso à terra do jovem rural, uma das razões para que esta linha tenha demanda muito reduzida, em relação a outras linhas do Pronaf. Além disto, os agentes financeiros sugerem aos jovens estas outras linhas e o governo não investiu na divulgação e informação do Pronaf Jovem para os bancos, Emateres e os próprios jovens. É preciso qualificar o jovem, para que ele saiba os seus direitos, conheça os programas e como acessá-los e dialogar com os agentes.

Outras pesquisas analisadas sobre o tema relatam as muitas dificuldades que o jovem rural tem para ser financiado pelo PRONAF como: pouca divulgação; falta de informações; os bancos são mais rigorosos com os jovens (risco de não pagar o empréstimo); falta de assistência técnica para os jovens com pouca orientação nos projetos de produção; dentre outras.

O Pronaf Jovem tem a maior dificuldade de acesso por causa da burocracia dos organismos financiadores que não promovem atividades para divulgação do Pronaf, não o fazem, limitando o acesso. Também o acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é considerado um fator limitador. São apresentadas várias críticas ao excesso de exigências, para o acesso a créditos específicos para a juventude rural, sendo uma expressão da reprodução da falta de credibilidade dos jovens (CASTRO et al., 2013).

Para Carvalho et al. (2009), é notória a necessidade de se aumentar o acesso dos jovens rurais à assistência técnica, pois, além de orientá-los, aos poucos eles vão se tornando capacitados para exercer atividades com maior produtividade. O autor sugere a criação de escolas técnicas agrícolas para que os jovens rurais sejam capacitados e tenham uma formação profissional sem a necessidade de migrar para a cidade e a melhoria dos currículos das escolas rurais concomitantes à formação adequada por parte dos professores relativos às particularidades da vida no campo.

A demanda por assistência técnica e extensão rural indica que as políticas de ATER têm muito a avançar, no sentido de atendê-la, seja em termos de cobertura (número de famílias atendidas), como no de qualidade da assistência fornecida.

Os dados da pesquisa de Sales (2006) revelam que a falta de lazer é um dos grandes impulsionadores da sua saída do campo pela falta de espaços culturais e de lazer que tragam descontração e socialização dos jovens.

Para Carvalho et al. (2009), sendo as atividades de lazer tão importantes para os jovens rurais, o poder público deveria dar uma maior atenção na elaboração das políticas públicas que visem atender essa necessidade da juventude rural.

Na questão ambiental, as famílias dos jovens têm contribuído para a preservação do meio - ambiente com práticas conservacionistas de solo (curva de nível, barragens, entre outras); preservação de nascentes e mata ciliar; agricultura orgânica; coleta seletiva do lixo (destaque para o trabalho da comunidade do Campo Redondo/Itamonte na comercialização do lixo reciclado e investindo os recursos na melhoria da escola e centro comunitário).

Como extensionista rural, vimos que a oferta de serviços sociais e lazer, em comparação com as cidades, o meio rural dispõe de menor acesso e qualidade de serviços como educação, saneamento básico (água encanada e rede

de esgoto), atendimento de saúde, transporte, telefone, lazer e acesso à internet e comunicação.

As opções de cultura e lazer nas comunidades rurais se limitam a atividades esportivas (futebol), forró, festas religiosas, escolares e comunitárias, campeonatos e os encontros no final de semana nas praças das comunidades rurais.

Os jovens rurais anseiam por mais espaços, para desenvolver a cultura e o lazer, que seria um local de encontro para favorecer a socialização dos jovens e das famílias das comunidades.

A maioria dos jovens tem acesso à internet por telefone ou computador com a instalação de torres nas comunidades rurais ou propriedades, o que facilitou o acesso à informação. Embora quase todos os jovens e suas famílias já tenham telefones celulares, nem sempre se tem cobertura de qualidade e em todos os espaços.

6.3 Perspectivas dos jovens rurais do Sul de Minas

Explorando a perspectiva do jovem com relação ao seu futuro, a pesquisa evidenciou o dilema em relação ao “ficar na propriedade” e ao “sair da propriedade”.

"Ficar e sair" do campo é mais complexo que a leitura da atração pela cidade e nos remete à análise de juventude rural como uma categoria social pressionada pelas mudanças e crises da realidade cotidiana do campo, que atingem a agricultura familiar e recai, principalmente, sobre os jovens rurais, que, também, enfrentam o peso da autoridade paterna.

No que se refere aos planos para o futuro, 51,1% dos jovens participantes do Transformar em 2013 manifestaram a intenção de cursar uma

faculdade; 39,4% de possuir a própria terra e apenas 2,1% de mudar para a cidade.

Nas reuniões com os jovens egressos e os NP, quando perguntados sobre os planos para o futuro, a maioria dos jovens de Itamonte gostaria de continuar os estudos e se tiver que mudar da comunidade e município para estudar, pretende retornar depois. Já os jovens de Lambari pretendem continuar na atividade rural pelas razões de não ter patrão, ter pouco estudo e por falta de opção. Como estes jovens produzem café, a ideia é melhorar a qualidade do produto para exportação com a marca CAFÉ DO JOVEM de 15 jovens que já têm café bem pontuado.

Visando aprofundar melhor essa questão da perspectiva de futuro, os jovens foram questionados sobre o que gostariam que tivesse no campo, para continuarem a viver lá, citaram: oportunidades de emprego (renda própria); condições de acesso ao ensino sem abandonar suas atividades, com mais opções e facilidades; mais acesso aos serviços sociais (saúde, lazer, cultura); maior valorização do trabalho no campo com acesso à própria terra; estradas rurais melhores (Gráfico 11).

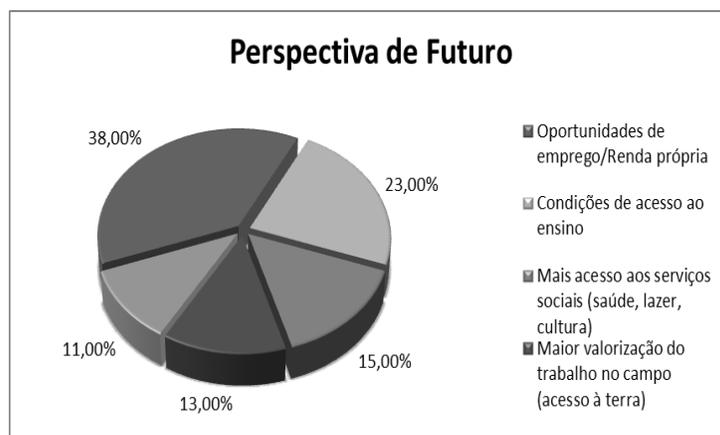


Gráfico 11 Perspectiva de futuro dos jovens rurais participantes e egressos do Projeto Transformar e Não Participantes

Fonte: Elaborado pela autora por meio de pesquisa junto aos jovens rurais, realizada em 2013 e 2015.

Além do ensino precário, a dependência econômica, o esforço físico da atividade agrícola, a falta de oportunidades de trabalho e acesso ao crédito e tecnologias, as dificuldades para acesso à internet e à comunicação de qualidade, as limitadas opções de lazer, têm impulsionado a migração dos jovens para as cidades. A percepção do jovem é que na cidade ele teria acesso ao estudo e a essas outras coisas, sem perceber que pela sua formação e qualificação terá dificuldade de se incluir na sociedade urbana.

Abramovay (2005) propõe que uma política de desenvolvimento rural voltada para a juventude não pode limitar-se à agricultura. Os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos, suas rendas dependerão da agricultura, mas também de outras atividades. Quanto mais os jovens estiverem preparados para essas outras atividades maiores suas chances de realização pessoal e profissional.

Sugere-se a formulação de projetos inovadores que façam do meio rural não uma fatalidade, mas uma opção de vida para os jovens e que envolvam,

além de tecnologias de produção, conhecimentos de gestão, contabilidade e comercialização (mercados dinâmicos) e que sejam acompanhados pela ATER.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando esta pesquisa, já se pôde levantar algumas características do jovem rural do Sul de Minas, analisadas com base em trabalhos referenciados, confirmando o senso comum relacionado ao jovem rural. Além da questão de gênero e estado civil, dados sobre composição familiar, escolaridade, lazer, trabalho, organização social e futuro, também, mostram uma similaridade em relação a diferentes grupos e sistemas que influenciam no seu dia a dia.

O perfil trouxe uma diversidade de elementos para entendermos quem é esse jovem rural do Sul de Minas, seus sonhos e preocupações, evidenciando uma juventude que luta pelo trabalho, renda, terra, educação, lazer e cultura em um campo sem acesso a bens e serviços.

Na análise global, os resultados indicaram que a maioria dos jovens tem grande interesse em continuar vivendo no meio rural pelo gosto de morar no campo e alguns jovens já têm renda própria, corroborando com um grande número de documentos (artigos, relatórios, dissertações, teses, livros) que tratam da questão de que a autonomia de renda tem um peso muito grande na permanência dos jovens no meio rural.

Conforme resultados das várias pesquisas analisadas, realizadas com jovens filhos de agricultores familiares em diversas regiões do Brasil, também as demandas mais relevantes dos jovens do Sul de Minas são o acesso à renda própria, a terra, à educação no/do campo e melhores condições de vida. Terra para trabalhar, qualificação para serem empreendedores do próprio negócio e autonomia em relação aos pais.

A limitação da renda obtida pela família nas atividades agropecuárias, a falta de renda própria e de mais ensino no campo levam os jovens a optar por sair da propriedade, em busca de novas oportunidades. Os jovens têm o desejo de obtenção de uma renda (derivada do trabalho) que lhes permitam satisfazer

suas próprias necessidades e desejos, sem a determinação do pai de como será usado o dinheiro da produção que o jovem participou.

Não é difícil perceber os principais elementos que dificultam a implementação de novas atividades de geração de renda por parte dos jovens rurais, como a política nacional para o setor, democratização da estrutura fundiária, maiores dispêndios com assistência técnica e ampliação do financiamento para investimento e qualificação do trabalho agrícola, associado à diminuição de garantias e “burocratismo” presentes no acesso ao crédito rural.

Os sistemas de produção adotados na unidade familiar podem favorecer mais ou menos a participação dos jovens, os processos de decisão e provocar alterações na maneira de se fazer a gestão da propriedade. Isto pode ser percebido, especialmente, na atividade da cafeicultura em que o jovem consegue um talhão ou desenvolve parcerias, favorecendo seu acesso à renda.

Em relação à permanência no meio rural, percebe-se que grande parte dos jovens rurais do Sul de Minas gosta de morar no campo e pretende dar continuidade à atividade agrícola; mesmo se formarem profissionalmente em outras áreas querem continuar mantendo relações com o campo. Existe um desejo maior de permanecer no meio rural por parte dos rapazes e, se não o fazem, é porque não encontram condições favoráveis e dignas de permanência. Entende-se que o Projeto Transformar fortaleceu este desejo, mostrando alternativas de atividades produtivas viáveis no meio rural, para que os jovens possam obter ocupação profissional e renda.

Assim, temos um quadro em que uma porcentagem expressiva de jovens gostaria de permanecer no campo, mas não nas condições existentes hoje e, sim, em um campo com maiores oportunidades de trabalho e permanência em condições dignas.

A cobrança da permanência e continuidade dos jovens no campo como valorização e possível reversão do quadro de esvaziamento do meio rural

implica esforço de sair do discurso do jovem como herói da transformação social e ir para ações práticas. É preciso um olhar especial e comprometido com a juventude rural, buscando um novo cenário, com uma juventude motivada e que viverá no meio rural por opção, com dignidade, orgulho de suas origens e melhor qualidade de vida.

A análise dos resultados permite verificar que os jovens do Sul de Minas valorizam a educação e almejam a conquista de maiores níveis de escolaridade. Parte destes jovens pretende buscar no meio urbano uma maior escolaridade e gostaria de conciliar o estudo com a manutenção da residência no meio rural junto aos pais, indicando que ocorre uma forte relação ao modo de vida rural.

Cabe salientar que a maioria dos jovens concluiu o ensino médio e pretende continuar os estudos, o que mostra a importância de se ampliar de forma efetiva e com qualidade os investimentos em educação no meio rural. Há diferenças entre os jovens na valorização da educação: as moças investem mais na educação que os rapazes, sobretudo ao se prepararem e conseguir um emprego na cidade.

Em contrapartida, a busca por educação, positiva do ponto de vista geral, pode prejudicar a sucessão das propriedades rurais, pois a maioria dos jovens busca por profissões não agrícolas nas cidades. Esta tendência indica a necessidade de que no meio rural haja uma escolarização diferenciada, de modo que a escola contribuísse, também, com a formação e o incentivo das atividades rurais. Falta uma política efetiva de educação do campo, com uma educação alinhada com as características e necessidades deste grupo, que contextualize a educação rural e não estimule a sair do campo.

Verifica-se uma parcela de jovens que efetivamente está buscando uma qualificação profissional para aprimorar a profissão de agricultor ou formação para outra atividade profissional. É necessário que se busquem alternativas e parcerias para aumentar a qualificação e a formação do jovem rural, em especial

sobre a gestão da propriedade e do negócio, com a intensificação e aperfeiçoamento da capacitação de jovens rurais, compatíveis com a atividade de produção rural e de preferência no próprio ambiente de trabalho.

Alguns estudos vêm mostrando a mudança nos padrões sucessórios e a necessidade de estudos sobre experiências bem sucedidas de sucessão enquanto os pais ainda são relativamente jovens. Neste aspecto, parece ser interessante uma abordagem dos efeitos de políticas públicas voltadas ao acesso a terra e à produção para jovens.

Quanto às formas de preparo do futuro agricultor nas propriedades, a maioria apenas acompanha as atividades do dia a dia da propriedade e consideramos que muitos deles não estão sendo preparados para assumir um projeto produtivo próprio.

Os agricultores familiares e suas organizações representativas não parecem preparados para enfrentar os novos desafios dos processos sucessórios, o que se torna mais difícil com a escassez de terras (fracionamento das propriedades da agricultura familiar) e, também, com as moças à margem deste processo.

Outro tema destacado na pesquisa foi o baixo índice de participação dos jovens nas organizações sociais. Os jovens enfrentam tensões nos espaços de decisão na família (vistos como força de trabalho) e nas comunidades, carregando limitações quanto ao espaço de participação, à possibilidade de ser ouvido e à dificuldade de poder se colocar em um espaço de decisão. Esta não valorização aparenta uma falsa imagem de que o jovem não tem interesse pelo desenvolvimento da propriedade e comunidade.

Preocupa, também, a falta e as dificuldades de acesso a políticas públicas adequadas para a produção familiar e específicas para o jovem rural. As avaliações de políticas públicas das pesquisas analisadas indicam a insuficiência de acesso a essas políticas por parte dos jovens rurais, como é o caso do Pronaf

Jovem e outras. Para os autores referenciados, as políticas públicas, em sua maioria, estimulam a migração dos jovens para as cidades, além do mercado, consumismo, propagandas e mídia.

Os diferentes trabalhos apontam no sentido da necessidade de desenvolvimento de políticas públicas específicas para os jovens rurais e mesmo readequações das políticas públicas para a juventude rural, destacando a pertinência de um projeto educacional que valorize o rural e prepare os jovens a se desenvolverem como agricultores. Também demonstraram a importância de que os processos de formulação tenham a participação da juventude como ator social e político formulador e não apenas população alvo. E, ainda, constatou-se, nesta pesquisa, a necessidade de se definir políticas públicas e desenvolver mecanismos para que os jovens que desejam continuar no meio rural possam ter acesso à renda própria, crédito, terra, educação e melhor qualidade de vida.

As políticas de suporte à exploração produtiva precisam de aperfeiçoamento, pois a questão da cobertura dos programas não está atendida. O crédito rural é o suporte financeiro para a produção e a linha Pronaf Jovem, que é uma iniciativa que poderia atrair o jovem, não está logrando este objetivo, já que este público não tem conseguido acessar o benefício. Sem acesso e capital para explorar a terra e sem orientação adequada para a produção, gestão e comercialização dos produtos, o jovem rural pouco pode fazer além de usar a terra para produzir poucos alimentos e de baixa qualidade.

É urgente que os governos adotem políticas de incentivo e direcionem linhas de créditos, para estimular a agricultura familiar, em especial os jovens rurais, a se dedicar a atividades que maximizassem a utilização de recursos como mão de obra e rentabilidade por área, como a horticultura, fruticultura, criação de pequenos animais e pecuária leiteira.

O programa de assistência técnica e extensão rural (ATER), que apoia a agricultura familiar em relação a todos os aspectos de produção e gestão,

necessários à exploração produtiva bem sucedida, tem seus valores de financiamento reduzidos para suas atividades. Com isto, a ATER tem sido oferecida de forma incipiente e insuficiente, tanto para os agricultores familiares em geral, como para o jovem rural.

Em relação a programas de ATER, embora se reconheçam suas limitações nos projetos atuais, com falta de técnicos em quantidade e capacitação adequada, para atender especificamente ao público jovem, considera-se a necessidade de uma proposta de ATER, que inclua esta categoria social em todas as etapas, que atenda às necessidades e demandas dos jovens rurais, mostrando que ele pode ser um empreendedor, para desenvolver seu projeto, pela sua motivação, talento, iniciativa, força de vontade e conhecimentos.

O jovem rural deveria ser considerado como grupo social a merecer atenção especial da ATER, atribuindo prioridade ao trabalho com a juventude, mantendo contatos e criando atividades de extensão estimulantes para ela como grupos de jovens ou projetos/programas específicos em seu benefício, como o Projeto Transformar.

Diante dos dados apresentados nesta pesquisa, é notória a necessidade de elaboração de políticas públicas mais eficazes e divulgadas que garantam aos jovens o acesso à educação, qualificação profissional, saúde de boa qualidade, melhores condições de trabalho no campo (acesso a terra, crédito, tecnologia e assistência técnica), instituições de formação profissional direcionada ao campo (escolas agrícolas) e infraestrutura para lazer e cultura, além de mais informações e orientações aos jovens sobre políticas públicas de direito, como obter acesso a terra e ao crédito rural.

Referenciando Brumer (2007), que propõe não procurar responder à questão ‘porque os jovens saem do meio rural’ e, sim, buscar respostas à questão ‘porque os jovens permanecem no meio rural’, sugerindo analisar os aspectos

que favorecem a instalação dos jovens como agricultores e os motivos de fracasso na sucessão geracional dos estabelecimentos familiares, incluindo a perspectiva de gênero.

Para conseguir melhorar as condições de vida do jovem, é preciso conhecer por que os jovens deixam suas comunidades rurais, o que estariam esperando encontrar nas cidades e o que deveria ser feito, para melhorar as condições de vida do jovem rural no campo, dando-lhe oportunidades de trabalho e permanência. As demandas dos jovens rurais são diferenciadas por região e gênero e as migrações acontecem, quando essas demandas não são atendidas e o jovem não vê oportunidades futuras no campo.

Neste sentido, é fundamental um esforço permanente e articulado entre os diversos agentes e instituições que atuam no meio rural, famílias, comunidades e lideranças rurais, associando-se políticas agrícolas, fundiárias e de habitação com outras dirigidas para melhoria do nível educacional e da formação profissional dos futuros agricultores. Para tanto, é necessário criar novos espaços de participação e decisão, que mobilizem esses atores e busque propiciar ao jovem oportunidade para realizar seu projeto pessoal na proximidade de seus familiares, incentivando a criação de um ambiente de confiança, de colaboração e de diálogo entre as gerações.

O que está em jogo na decisão dos jovens deixarem ou não o meio rural é a realização de seus projetos individuais e a migração, muitas vezes, apresenta-se como a alternativa mais viável para viabilizá-los. De modo geral, as constatações das pesquisas indicam que, para evitar a migração de jovens e abordar de forma efetiva a problemática da sucessão geracional, as ações isoladas não resolvem, sendo necessárias estratégias integradas, multidimensionais e duradouras envolvendo todos os segmentos. É preciso que todos os atores envolvidos, num diálogo interdisciplinar, consigam atingir simultaneamente vários aspectos como os relacionados à infraestrutura social,

cultural e econômica das comunidades e famílias (ampliação das opções de sociabilidade e lazer nas comunidades); à geração de oportunidades e de alternativas de emprego e renda (visando à autonomia de gestão e financeira dos jovens e mulheres); o acesso a terra e à instalação de rapazes, moças e casais novos na agricultura com condições adequadas de crédito, assistência técnica e profissionalização; a melhoria dos sistemas de transportes e de comunicação; os investimentos necessários para a organização da produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços com base em sistemas produtivos sustentáveis; a maior disponibilidade, adequação e melhoria na qualidade dos serviços vinculados à educação, saúde e cultura.

Frente aos objetivos propostos por esta pesquisa e resultados encontrados, analisa-se que o Projeto Transformar trouxe diversas contribuições e atendeu aos jovens interessados em trabalhar e permanecer no campo, com informações básicas e novos horizontes com base na construção do conhecimento. Pela participação, empolgação, relatos, perspectivas e desenvolvimento das atividades dos jovens em suas propriedades, percebem-se algumas mudanças de caráter social, ambiental e econômico.

Juntamente com os extensionistas, constata-se que processo seletivo bem feito dos jovens, principalmente aqueles de famílias acompanhadas pela extensão, os quais mesmo com dependência dos pais nas atividades econômicas, apresentam um “perfil” definido e escolha na sucessão da família foi essencial para a receptividade, maturidade e comprometimento dos jovens envolvidos.

As avaliações dos jovens e extensionistas participantes do Projeto Transformar reforçaram a amplitude deste projeto e sua importante contribuição para estimular o desenvolvimento e inserção socioeconômica dos jovens rurais e sua permanência no campo. Por isso, considera-se imprescindível a oferta de programas e projetos de capacitações como a proposta do Transformar,

reformulados de acordo com as especificidades de cada região e avaliações dos atores envolvidos.

Acredita-se que analisar projetos dessa natureza torna-se importante para o estabelecimento de parâmetros avaliatórios e definição de critérios que possam subsidiar o estabelecimento de novas estratégias de trabalho com a juventude rural, seja no âmbito do Estado ou no da sociedade civil, bem como à concepção, implementação e acompanhamento de políticas públicas que tenham nos jovens os protagonistas de novas dinâmicas no processo de desenvolvimento rural ambientalmente sustentável e socialmente justo.

O proposto por este estudo foi descrito ao longo desta pesquisa, mas ainda há muito para se estudar e conhecer da realidade dos jovens rurais do Sul de Minas, suas demandas e dificuldades. O que merece maior atenção e estudos específicos e requer uma pesquisa de campo com uma amostra bem maior é nossa proposta para responder às questões se os jovens estão mais integrados à comunidade, mais interessados pelo trabalho e família, introduzem novas técnicas na propriedade e estão preparados para a sucessão.

Como observado na análise das reuniões, os jovens egressos apresentaram os mesmos indicadores em todos os aspectos pesquisados, se relacionados aos jovens Não Participantes. Acredita-se que, por serem da mesma comunidade, a amostra não proporcionou um comparativo ideal, o que requer um aprofundamento maior e amostras com jovens de outras comunidades.

Quanto à complexidade do meio rural, as particularidades e abrangência do Sul de Minas, esta pesquisa não pretendeu ser exaustiva, cabendo uma análise mais aprofundada sobre o Projeto Transformar e sobre os jovens rurais desta região.

Espera-se com este estudo ter contribuído para o aprofundamento do olhar sobre os jovens rurais do Sul de Minas, demonstrando o que é ser jovem no mundo de hoje, compreendendo as necessidades e especificidades da

juventude rural, criando e/ou ampliando ações e políticas públicas adequadas, que, de fato, insiram e promovam os jovens, contribuindo, conseqüentemente, para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.

Pode-se afirmar que a juventude rural apresenta-se como um potencial a ser considerado, quando se pensa na formação de uma nova geração de agricultores, pois estão abertos às transformações e podem atuar como protagonistas no processo de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil.

Concluindo, apresentam-se algumas reflexões quanto àquelas questões consideradas no início desta pesquisa e que subsidiaram todo nosso trabalho.

- a) Diante da porcentagem dos jovens egressos do Projeto Transformar que permanecem no campo e pretendem continuar a atividade rural, o que deve ser feito para apoiar os jovens rurais a construir projetos de vida para si mesmos e suas comunidades?
- b) Percebemos algumas contribuições do Projeto Transformar para a permanência dos jovens rurais no campo e na sucessão familiar. Que ações específicas podem ser tomadas para estimular as relações intergeracionais (jovens e suas famílias)? Existem práticas e exemplos bem-sucedidos de jovens rurais que deveriam ser disseminados, expandidos e replicados?
- c) Quanto aos papéis que as instituições públicas de ATER desempenham no trabalho com a juventude, como a Emater-MG está cumprindo sua missão e atendendo às expectativas dos jovens?

Com base nas respostas a essas e outras questões entende-se que mudança, comprometimento e ação são necessários para garantir um futuro melhor aos jovens rurais do Sul de Minas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998.

ABRAMOVAY, R. Juventude rural: ampliando as oportunidades. In: _____. **Raízes da terra: parcerias para a construção de capital social no campo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, 2005. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ABRAMOVAY, R. et al. **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. Brasília: NEAD/MDA, 2001. 122 p.

BACELAR, T.; BEZERRA, M. L. As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: _____. **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. p. 35-75.

BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. 2014. 306 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014a.

BARCELLOS, S. B. **As políticas públicas para a juventude rural: balanço, perspectivas e questões para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014b. 6 p.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Ed.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C.; CORADINI, L. **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil: fazendo gênero: corpo, violência e poder**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 7 p.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 28 p. (IPEA Texto, 621).

CARNEIRO, M. J. **O ideal rurbano**: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. 15 p.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311 p.

CARVALHO, D. M. et al. Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-14.

CASTRO, A. M. G. de et al. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. 56 p.

CASTRO, E. G. Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra?”. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 29., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2005a. p. 1-15.

CASTRO, E. G. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

CASTRO, E. G. Processo de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2005, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: GT10, 2005b. 1 CD-ROM.

CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311 p.

CASTRO, E. G. et al. **Os jovens estão indo embora?:** juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009a. 239 p.

CASTRO, E. G. et al. A juventude rural dos movimentos sociais no Brasil: um perfil. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27., 2009, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, 2009b. 1 CD-ROM.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. Juventude rural: alguns impasses e importância para a agricultura familiar. In: _____. **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2008. p. 95-104.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis, PR. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 3, p. 415-432, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Estatísticas do meio rural 2010-2011.** 4. ed. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-especial/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **O jeito mineiro de fazer extensão rural.** Belo Horizonte, 2008. 100 p.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Minas faz história.** Belo Horizonte, 2006. 126 p.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Projeto básico transformar.** Belo Horizonte, 2007. 16 p.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Projeto Transformar:** casos de sucessos dos jovens rurais mineiros. Belo Horizonte, 2010. 104 p.

FERRARI, D. L. F. et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004.

FROEHLICH, J. M. et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: universo, características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010u-niverso.asp?o=5&i=P>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS. Campus Inconfidentes. **Questionário SEJA**. Inconfidentes, 2013.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

LIMA, S. M. V. **Juventude rural e as políticas e programas de acesso à terra no Brasil**: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem Rural. Brasília: MDA, 2013. 184 p. (NEAD Estudos, 25).

MACHADO, V. **O conceito de juventude**: uma abordagem cultural dessa fase da vida. Bauru: UNESP, 2011. 25 p.

MELLO, M. A. de et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

MENDONÇA, K. F. C. et al. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 445-463, jul./dez. 2013.

NAVARRO, Z. A nova cara do campo brasileiro. **Revista XXI Ciência para a Vida**, Brasília, v. 8, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/nova-cara-do-sindicalismo-brasileiro>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

OAKLEY P.; GARFORTH, C. Guia para formação para a extensão. In: _____. **Extensão e comunicação**. Rome: FAO, 1992. cap. 4, p. 55-86.

OLIVEIRA, W. M. de. O preparo do processo sucessório nas propriedades rurais do sul e sudoeste de Minas Gerais. **Cadernos da Universidade do Café Brasil**, São Paulo, v. 6, p. 37-51, 2012.

PEREIRA, J. L. de G. Educação, gênero e os projetos de vida dos jovens rurais de Baixada de Salinas, RJ. **Ruris**, Campinas, v. 2, n. 2, set. p. 1-27, 2008.

PINA, T. P. **Jovens do assentamento Ribeirão Bonito: entre a recusa da profissão de agricultor e a afirmação do modo de vida rural?** 2010. 60 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção) - Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2010.

PREDIGER, S. Estado da arte da situação do jovem rural: a construção de identidades. **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**, São Paulo, ano 3, n. 1, p. 1-12, set./nov. 2009.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. Á. N.; RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: IPEA, 2011. p. 1-20.

SALES, C. de M. V. Gênero e juventude rural: permanência de traços da herança cultural camponesa e a produção de novos valores na construção do presente. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2006. p. 1-7.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro**: características e perspectivas para investigação. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 29 p.

SILVA, C. M. da. **Discursos sobre a juventude rural participante de Clubes 4-S (1959-1977)**. Florianópolis: UFSC, 2001. 14 p.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. Novo rural brasileiro: uma atualização. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005. 1 CD-ROM.

SILVA, J. R. da; JESUS, P. de. Juventude rural e agricultura familiar: os determinantes dos processos migratórios e os desafios para a preservação da agricultura familiar. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: SOBER, 2010. 1 CD-ROM.

SOUZA, A. C. Juventude e educação do campo no município de Alfenas, MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012. 1 CD-ROM.

SPANEVERELLO, R. M. et al. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 291-304, out. 2011.

STROPASOLAS, V. L. **A crise da sucessão geracional e suas implicações na reprodução social da agricultura familiar**. Disponível em:
<http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT5/GT5_StropasolasV.pdf>.
Acesso em: 10 nov. 2015.

THOMPSON, A. A. et al. **Associando-se à juventude para construir o futuro**. São Paulo: Peirópolis, 2005. 20 p.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editores Associados, 2002. 304 p.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. **Concepções da ruralidade contemporânea**: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. 476 p.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p. (Estudos Nead, 7).

WOORTMAN, E. F. K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997. 192 p.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 1990.

ZAGO, N.; BORDIGNON, C. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: ANPED, 2012. p. 1-16.